



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

ATA N.º 31/XI-2º/2014-15

1 - Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas 21H00, no Clube Recreativo União Raposense, sito na rua do Raposo de Cima, no Monte de Caparica, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de setembro, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação dos Pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Concessão de serviço público de recolha de óleos alimentares usados”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afetação ao domínio público municipal de duas parcelas de terreno, sitas na Quinta das Amoreiras, Feijó”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Relatório de Monitorização da ARU de Cacilhas”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração da Operação de Reabilitação Urbana Simples da Cova da Piedade”
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Operação de Reabilitação Urbana Simples do Porto Brandão”
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional de dezassete (17) postos de trabalho de assistente operacional por recurso a reserva de recrutamento interna, contrato de trabalho por tempo indeterminado”
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional de dezassete (17) postos de trabalho de auxiliar de ação educativa por recurso a reserva de recrutamento interna, contratos de trabalho por tempo determinado”
 - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Alteração ao Regulamento do Plano Municipal de Emergência”
 - 3.11 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Recrutamento excecional de trabalhadores para postos de trabalho de auxiliar de ação educativa por recurso a procedimento concursal, contratos de trabalho por tempo determinado”.
- 2 - Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3 - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
 - 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:



José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; José Gabriel Guiomar Joaquim; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; António Abrantes de Almeida; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Pedro Miguel de Amorim Matias; Nuno Filipe Miragaia Matias; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Ana Catarina Ribas Lopes; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Alexandra Branco Ralo Barata Correia; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

4.1 - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Senhor Deputado Municipal Bruno Ramos Dias, com ausência nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, (Ent. nº 4425/XI-2º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal Daniel Pedro Sobral, com ausência no dia 24 de setembro de 2015, (Ent. nº 4442/XI-2º), (**Conforme Anexo II**).
- A Senhora Deputada Municipal Ana Catarina dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, (Ent. nº 4473/XI-2º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, (Ent. nº 4475/XI-2º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal João Ricardo Lourenço Quintino, com ausência nos dias 24 e 25 de setembro de 2015 (Ent. nº 4476/XI-2º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Paulo Filipe Pereira Viegas, com ausência no dia 24 de setembro de 2015 (Ent. nº 4477/XI-2º), (**Conforme Anexo VI**).

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 24 e 25 de setembro, do eleito Sr. Bruno Ramos Dias, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VII**).
- O Candidato Sr. Luís António de Matos Vicente, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 24 de setembro, do eleito Sr. Daniel Pedro Sobral por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso e do cidadão Sr. José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VIII, IX e X**).



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- A Candidata Sr.^ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 24 e 25 de setembro, da eleita Sr.^ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI**).
 - O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 24 e 25 de setembro, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XII**).
 - O Candidato Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 24 e 25 de setembro, do eleito Sr. João Ricardo Lourenço Quintino, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIII**).
 - O Candidato Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 24 de setembro, do eleito Sr. Paulo Filipe Pereira Viegas e por impedimento da cidadã Sr.^ª Rita Margarida Cardoso Vieira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIV e XV**).
- 4.2** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 4.3** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 4021/XI-2º ao 4483/XI-2º do Expediente Enviado do nº 2609/XI-2º ao nº 2913/XI-2º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais - Súmula Nº 11/XI-2º/2014-15, das Atas Nºs 29/XI-2º/2014-15 e 30/XI-2º/2014-15 e das Minutas das Atas Nºs 29/XI-2º/2014-15 e 30/XI-2º/2014-15 e da Informação Nº 10/14-15 da Atividade dos Membros da Mesa.
- 5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:
- 5.1** - Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre “Processo da CMA nº E/9668/2011”.
- 5.1.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2014, foi registado com a Entrada nº 2211/XI-2º e designado de nº 3/PS/XI.
- 5.1.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 24 de outubro de 2014, através do ofício nº 1543/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 1542/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.
- 5.1.3** - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 351/GP, de 16 de setembro de 2015, sendo-lhe atribuído o nº 4416/XI-2º.
- 5.1.4** - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 2891/XI-2º, em 17 de setembro de 2015.
- 5.2** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).
- 5.2.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

5.2.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.3 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre Apoio ao Empreendedorismo.

5.3.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 20 de maio de 2015, foi registado com a Entrada nº 3781/XI-2º e designado de nº 8/CDS-PP/XI-2º.

5.3.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 22 de maio de 2015, através do ofício nº 2516/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2515/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.3.3 - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 336/GP, de 8 de setembro de 2015, sendo-lhe atribuído o nº 4392/XI-2º.

5.3.4 - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 2890/XI-2º, em 17 de setembro de 2015.

5.4 - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre Edifícios municipais com amianto.

5.4.1 - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 10 de julho de 2015, foi registado com a Entrada nº 4171/XI-2º e designado de nº 10/CDS-PP/XI-2º.

5.4.2 - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 17 de julho de 2015, através do ofício nº 2753/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2752/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

5.4.3 - A Câmara Municipal respondeu através do ofício nº 360/GP, de 22 de setembro de 2015 sendo-lhe atribuído o nº 4458/XI-2º.

5.4.4 - A resposta foi remetida ao Eleito requerente através de ofício nº 2918/XI-2º, em 24 de setembro de 2015.

6 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

6.1 - Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor António Luís Baptista, em representação do Clube Recreativo União Raposense, residente na Caparica.

6.1.1 - O Exm.º Senhor António Luís Baptista;

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Em nome da Direção do Clube Recreativo União Raposense, dizer-vos que estamos muito satisfeitos por esta Assembleia Municipal se estar a realizar no CRUR. Também em nome dos Corpos Sociais saúdo a Mesa na pessoa do Sr. Presidente José Manuel Maia, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada Dr. Joaquim Judas, os Senhores Vereadores, os Autarcas da Junta das Freguesias do Concelho, todos os eleitos e o público em geral.

Quando da inauguração deste novo edifício, salientámos que o Raposense teria agora melhores condições para servir as necessidades recreativas e culturais da população.



Foi na velha sede que se realizaram diversas sessões de trabalho, sobre o monumento à multiculturalidade, dando a possibilidade, a que a população em geral tivesse participado no evento, dando ideias, elaborando maquetes que naturalmente os técnicos, os escultores, tiveram em consideração no trabalho final.

Foi aqui neste salão, que durante algumas semanas os coordenadores da elaboração do planisfério prepararam os azulejos para serem afixados no muro construído para o efeito.

Se foi inédito a intervenção do público no monumento à multiculturalidade, provavelmente um painel com mais de 2000 azulejos representando o mapa mundo, moldados por mais de duas mil crianças, é com certeza também inédito.

Quando da inauguração do planisfério, dia 14 de outubro 2015, estarão neste mesmo espaço, duas exposições. Uma de Esculturas da Arquiteta Helena Maria Gomes Moreira e uma outra de Pintura alusivas a este espaço do Fróis, de um associado do CRUR. Outras atividades, algumas viradas para os jovens já estão previstas.

Gostaria de salientar que a requalificação deste espaço pela Câmara Municipal de Almada, transformou em poucos anos, três ou quatro, aquilo que era uma lixeira a céu aberto, no ex-libris da União das Freguesias de Caparica e Trafaria.

Creio que estamos todos de parabéns. Muito obrigado.”

6.2 - Usou da palavra o Munícipe Exm.^o Senhor Ventura da Costa Pinto, em representação da Associação Cultural e Recreativa Concelhos Estarreja e Murtosa, residente em Almada.

6.2.1 - O Exm.^o Senhor Ventura da Costa Pinto:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Ventura Pinto, estou aqui a representar a Associação Cultural e Recreativa dos Concelhos de Estarreja e Murtosa.

A razão da minha presença aqui é para agradecer à Câmara Municipal de Almada o donativo que acabámos de receber no passado mês de julho. Associação está bastante reconhecida porque se não fosse a colaboração da Câmara Municipal de Almada o edifício que nós temos construído não existiria. Este é o nosso dever, agradecer quem nos ajuda.”

6.3 - Em resposta aos Senhores Munícipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal e o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

6.3.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:

“Srs. Deputados Municipais;

Apenas para destacar a presença da Sr.^a Presidente da Assembleia das Freguesias da Caparica e Trafaria e de muitos eleitos quer na Assembleia das Freguesias quer na Junta da União das Freguesias.

6.3.2 - O Senhor Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Queria saudar-vos a todos vós, mas em particular sublinhar o facto de nos encontrarmos aqui hoje nestas instalações depois daquilo que já nos foi transmitido e que não podia deixar de sublinhar. Neste como noutros aspetos em que a Câmara Municipal, os órgãos autárquicos se ligam ao movimento associativo e à iniciativa das populações para promover as suas condições de vida, são sempre momentos de alegria e momentos a enaltecer, porque pensamos que é por aí que se deve ir, é o nosso caminho. E desse esforço que foi feito, durou vários anos, com períodos de incerteza que houve também que tomar decisões às vezes difíceis, mas de todo esse período há resultados que também convém sublinhar. Não só em relação àquilo que está anunciado que é a próxima inauguração do Monumento à Interculturalidade, mas também salientar a iniciativa que outras associações e coletividades e grupos de moradores desta área do nosso município têm manifestado. E portanto eu nesse sentido, para além de saudar todas aquelas e aqueles que já aqui trabalham há muitos anos, contribuindo para tornar menos difícil a vida de quem aqui mora, para além desses gostava também de saudar a recente reorganização, podemos dizer assim, da Comissão de Moradores da CHUT - Banática e também a iniciativa que a Associação CAPA apresenta para uma maior intervenção no Bairro. E portanto, queria aproveitar esta oportunidade para apelar a todos e a todas para que naturalmente acreditem que é com a nossa iniciativa conjunta com as autarquias, mas sobretudo com a iniciativa das populações que nós poderemos e conseguiremos fazer caminho.

Também no que diz respeito à localização do Posto da GNR, tal como de há longos anos se tem vindo a tratar, as coisas parecem finalmente bem encaminhadas para a solução que aguardam e estão em processo de formalização. Na solução que tudo indica que será do agrado de todos. Mas sobre isso com certeza falaremos mais à frente, quando tivermos elementos mais seguros para que possamos formalizar aquilo que haja a formalizar nesse aspeto.

Portanto, Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais, é isto que me apraz dizer, agradecendo ao Raposense a disponibilidade que manifestou para nos ceder hoje as instalações para que a Assembleia aqui reunisse e naturalmente exaltando-vos ao vosso trabalho e desejando os maiores sucessos ao Raposense e também à Associação dos Concelhos de Estarreja e Murtosa que esperamos dentro em breve também tenha muito e boa vizinhança assim corram bem as obras que ali estão a correr ao lado.

Felicidades para todos.”

7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

7.1 - Os Votos de Pesar foram apresentados pelos Srs. Deputados Municipais Luís Palma (apresentando Manifestação de pesar pelo falecimento do Cidadão Carlos Almeida), Elisabete Pereira (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Paulo Rebelo), Luísa Ramos (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Armando Gonçalves Gomes



e Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Arriaga), João Geraldês (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Corsino Fortes - Poeta, Diplomata e Político Cabo-Verdiano), Nuno Matias (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de João Manuel Tavares Passarinho), Ricardo Louçã (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento do autarca Renato Montalvo).

7.1.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da Junta das Freguesias de Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Manifestação de Pesar pelo falecimento do Cidadão Carlos Almeida

Faleceu no passado dia 31 de agosto, aos 88 anos, o Cidadão, Militante Comunista, Autarca, Dirigente Sindical e Associativo Carlos Alberto Bernardino de Almeida.

Grande lutador pelas causas do progresso e da justiça social, na defesa dos direitos dos trabalhadores e dos reformados, desenvolveu ao longo da sua vida uma intensa atividade sindical, primeiro ligado ao Sindicato do Comércio e Serviços e mais tarde à Inter-reformados, depois de cessar as funções como dirigente do CESP - Sindicato dos Trabalhadores dos Escritórios e Serviços de Portugal. Participou ativamente na preparação 1ª Conferência de Organização da Inter-Reformados em 1990 e até 2012 integrou todas as Direções Nacionais desta estrutura.

No campo associativo, fez parte da Comissão Organizadora dos Jogos Juvenis de Almada na década de 70 pós-25 de Abril. Representou a Federação Portuguesa de Coletividades de Cultura e Recreio na equipa interministerial para regulamentar o estatuto das coletividades. Foi membro dos corpos gerentes do Clube Instrução Recreio do Laranjeiro desde início dos anos 60 até ao início dos anos 90; dirigente do Clube Recreativo do Feijó onde desempenhou as tarefas de Presidente e Vice-presidente da Assembleia-geral, Presidente da Direção, 2º Secretário da Assembleia-geral, sendo distinguido em 2013 como Sócio de Mérito.

A sua ação cívica teve também expressão no Poder Local Democrático, enquanto eleito pelo Partido Comunista Português, no exercício da tarefa de Presidente da Assembleia de Freguesia de Feijó.

Recebeu em 2007 a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção atribuída pela Câmara Municipal de Almada.

Deixa-nos o seu exemplo de vida e fidelidade aos ideais de Abril, na defesa dos valores do Movimento Sindical Unitário, do Associativismo Popular, dos princípios de Cidadania.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

1. Manifestar pesar pelo falecimento do Cidadão, do Município, do Associativista e do Militante empenhado que foi Carlos Almeida.
2. Apresentar à sua família e amigos as mais sentidas condolências.”

7.1.2 - A Sr.ª Deputada Municipal Elisabete Pereira (CDU):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Paulo Rebelo

Faleceu, aos 45 anos de idade, no passado dia 5 de setembro, o cidadão munícipe Paulo Rebelo.

Paulo Rebelo, realizador e argumentista caparicano, deixou cedo uma carreira promissora e uma obra notável, que muito orgulha o nosso concelho.

Recordar Paulo Rebelo é recordar o seu legado à cultura portuguesa, em particular o seu contributo no cinema português.

Paulo Rebelo formou-se em montagem na Escola Superior de Teatro e Cinema, tendo desenvolvido a sua atividade, durante vários anos, nos bastidores do cinema português.

O seu primeiro trabalho foi a edição de um documentário “Viagem à Expo”, em 1998, sendo este a porta aberta para outros trabalhos com notável reconhecimento.

Em 2004, foi coargumentista, assistente de realização e montador na curta-metragem “A Rapariga no Espelho”, realizada por Pedro Fortes e protagonizada por Núria Madruga.

Em 2005, foi coargumentista, assistente de realização e montador das longas-metragens “O Fantasma” e “Odete”, de João Pedro Rodrigues, com quem trabalhou em parceria. Foi ainda montador da curta-metragem de Marco Martins.

Em 2006, destacou-se pelas obras “Um Ano Mais Longo” e “Terra Sonâmbula”, uma adaptação do livro homónimo de Mia Couto.

Em 2007, marcou a estreia na realização de “Teresa Prata”, o que o fez ter vontade de se aventurar na realização.

Escreveu e realizou o filme “Efeitos Secundários”, que rodou na sua terra, a Costa da Caparica. A estreia deste filme, em 2011, teve de ser feita fora do circuito comercial, pois Paulo Rebelo não encontrou uma distribuidora interessada em filmes portugueses, no entanto, não desistiu e decidiu fazer a distribuição diretamente. Foi deste modo que o filme, carregado de mensagens humanas, passou para os ecrãs e nos deixou um outro olhar sobre vários problemas existentes na sociedade atual.

Acreditou na vida, acreditou nos outros, acreditou na felicidade, como testemunham as obras que nos deixou.

Paulo Rebelo partiu muito jovem, mas deixou-nos através das suas obras e dos exemplos da sua força para construir o seu caminho, uma forma diferente de olhar o mundo e os outros, um olhar mais profundo e reflexivo.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 24 de setembro de 2015 delibera:

Expressar o mais profundo pesar pelo falecimento do cidadão Paulo Rebelo, transmitindo à sua família os mais sentidos votos de pesar e solidariedade nesta hora de dor e luto.”

7.1.3 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.1.3.1 - Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Armando Gonçalves Gomes

Faleceu de forma inesperada o cidadão e antigo deputado municipal, Dr. Carlos Armando Gonçalves Gomes.

O Dr. Carlos Gomes, residente em Almada, nasceu na cidade do Porto em 1925 onde passou a sua adolescência.

Licenciou-se em finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, da Universidade Técnica de Lisboa e exerceu sempre a sua profissão em instituições financeiras, especializando-se nas áreas de operações bancárias e de organização e gestão de empresas. Aderiu ao Partido Comunista Português durante o fascismo, militando presentemente na Organização Concelhia de Almada. Pela sua luta contra o regime ditatorial foi perseguido pela PIDE, tendo-lhe sido movidos processos judiciais na década de 50 do século passado.

Foi um ativista nas lutas pela liberdade e a democracia, com grande empenho contra as injustiças, na defesa dos mais carenciados e desprotegidos, intervindo com determinação nas causas mais nobres que o Homem pode abraçar - a defesa intransigente da justiça social.

Na sequência da Revolução de 25 de abril de 1974 assumiu, como economista, funções muito relevantes no processo de nacionalização da Banca tendo, em 1975, por incumbência do Banco de Portugal, coordenado a atividade dos bancos nacionalizados no Norte e Centro do País.

Também no exercício da profissão de economista integrou administrações e conselhos fiscais de diversas empresas dos ramos metalúrgico, turístico e editorial, assim como direções de cooperativas e associações culturais.

Colaborou em várias revistas temáticas e publicações periódicas, nomeadamente na «Vértice» e na «Economia EC, questões económicas e sociais» e era muitas vezes solicitado como orador convidado para fóruns e congressos sobre temas económicos e sociais.

Foi também administrador da Editorial Avante! E da Editorial Caminho.

Nos últimos anos vinha dedicando-se à investigação e escrita de temas relacionados com a Ciência Económica e à revisão científica da tradução para português de livros da sua área, entre os quais o “Dicionário Abreviado de Economia” de José Maria Lozano Irueste, e “As Estruturas Sociais da Economia” de Pierre Bourdieu, editados pelo “Campo das Letras”.

Em 2002, foi editado pela Editora Campo das Letras, do Porto, o seu livro “Economia do Sistema Comunitário”, com o subtítulo “Enquanto a mercadoria e a moeda não existem”.

Em 2009, edição de autor, publica o livro intitulado “Antecedentes do Capitalismo” e em 2011, edição da Cooperativa Livreira de Estudantes do Porto - UNICEPE, publica o livro “A Nacionalização da Banca em Portugal - nove meses a construir, nove anos a destruir”.

Como residente em Almada, foi um cidadão ativo e empenhado, generoso, firme de carácter e com superior dedicação às causas e ideais de Abril.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Foi eleito deputado na Assembleia Municipal de Almada durante oito anos, desempenhando com reconhecido mérito a presidência da Comissão Especializada Permanente de Administração e Finanças.

Foi ativista associativo, referenciado pela sua grande competência, nomeadamente como dirigente na Sociedade Filarmónica União Artística Piedense.

O Cidadão Carlos Armando Gonçalves Gomes é referência de generosidade e amor ao próximo, de luta por causas e ideais humanistas e de cidadania ativa e empenhada.

Pelo que nesta Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 24 de setembro de 2015 manifesta profundo sentimento de perda pelo falecimento do Dr. Carlos Armando Gomes, exalta as suas qualidades de Cidadão dedicado à liberdade, à democracia e à justiça social, apresentando à sua Família enlutada os sentimentos de pesar.”

7.1.3.2 - Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Arriaga

No passado dia 14 de Julho faleceu, com 101 anos, o Sr. Arriaga.

O Sr. Arriaga, como carinhosamente o tratávamos e como o havemos de recordar, de nome completo Arriaga Lúcio das Neves, foi um cidadão marcante para as várias gerações, especialmente de Cacilhenses, mas também de Almada.

Homem de muitos ofícios foi como barbeiro na sua barbearia, junto à Vila Brandão, próximo onde se encontra hoje a Junta de Freguesia de Cacilhas, que ficou conhecido como o “barbeiro da malta de Cacilhas”.

Homem culto, poeta popular, declamador, atento aos problemas das pessoas, interventivo, era dotado de uma alegria de viver contagiante.

Foi um Amigo e uma Referência que ficará na nossa memória.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 24 de setembro de 2015 presta a sua homenagem e apresenta sentidas condolências aos seus Familiares.”

7.1.4 - O Sr. Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Corsino Fortes - Poeta, Diplomata e Político Cabo-Verdiano Faleceu aos 82 anos, no passado dia 24 de Julho, o Poeta, Diplomata e Político Cabo-Verdiano Corsino Fortes, primeiro embaixador da jovem República de Cabo Verde em Portugal, após a independência daquele País Africano de Língua Oficial Portuguesa em 1975.

Corsino Fortes, poeta e político da independência nacional de Cabo-Verde, lutador anticolonialista assumido e determinado, manteve com Portugal uma relação de vida muito estreita. Em Lisboa frequentou o curso de direito, que concluiu em 1966, cimentando pela frequência e convívio na Casa dos Estudantes do Império, o seu compromisso com a luta pela emancipação dos povos africanos, então submetidos ao jugo colonial.

Concluídos os estudos, passa a exercer cargos jurídicos. Em Angola, onde se encontrava quando eclodiu a Revolução do 25 de Abril de 1974, assumiria a primeira missão política



entre 1974 e 1975, representando naquele país o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC).

No quadro da sua formação académica, Corsino Fortes foi Diretor-Geral dos Assuntos Judiciários da República da Guiné-Bissau e Emissário Especial da República de Cabo Verde junto dos Governos de Angola e São Tomé e Príncipe.

Corsino Fortes foi embaixador de Cabo Verde em Lisboa entre 1975 e 1981. Durante o período em que se manteve como representante diplomático do seu país entre nós, desenvolveu intenso trabalho de apoio à vasta comunidade cabo-verdiana imigrada em Portugal, com destaque para o grande número de naturais do seu país que se fixaram em Almada.

Regressado ao seu país natal, foi investido em diversos cargos ministeriais, entre os quais o de Ministro da Justiça, e nomeado embaixador junto de diversas nações africanas.

Corsino Fortes é igualmente um nome que ficará na História ligado às artes e à literatura do seu País. Autor de uma obra poética não muito extensa mas de extrema qualidade, foi Presidente da Associação de Escritores de Cabo Verde.

A sua produção literária constitui um dos mais importantes contributos para a transformação modernizadora da poesia cabo-verdiana registada no século XX, uma transformação centrada na afirmação do Homem enquanto ser livre e capaz da sua autodeterminação, combatente pela Liberdade.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

1. Expressar um voto de sentido pesar pelo falecimento do poeta, diplomata e político Cabo-Verdiano Corsino Fortes, dirigindo à sua família, aos seus amigos, à comunidade cabo-verdiana residente em Almada, aos escritores, homens e mulheres das artes de Cabo Verde e da lusofonia, à Embaixada de Cabo Verde em Portugal e ao Governo da República de Cabo Verde, a manifestação da mais profunda solidariedade e amizade neste momento de luto e perda vivido por todos nós.”

7.1.5 - O Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de João Manuel Tavares Passarinho

Faleceu no dia 9 de Setembro de 2015 o cidadão almadense João Manuel Tavares Passarinho.

Nasceu em Almada a 13 de novembro de 1959, era casado e tinha 2 filhos. Dirigente do Partido Social Democrata, licenciado em Direito pela Universidade Lusíada e pós graduado em Ciências da Educação, João Passarinho deu aulas de Direito, Sociologia e economia em diversas escolas do distrito de Setúbal, nomeadamente em Almada onde estudou na sua infância e exerceu advocacia. Ao longo da sua vida deu diversas ações de formação no



âmbito da cidadania, empregabilidade e higiene e segurança no trabalho. As suas competências e sua formação académica fez com que tivesse sido convidado como orador em diversos congressos, encontros e Jornadas de educação.

João Passarinho foi em 2011 Diretor Regional Adjunto de Educação de Lisboa e Vale do Tejo, tendo exercido posteriormente as funções de Delegado Regional.

Acompanhou, coordenou e apoiou a organização com o empenho, dedicação e competência que já lhe era conhecida.

Dirigente sindical do SINDEP - Sindicato Democrático dos Professores, filiado na União Geral de Trabalhadores onde também exerceu as funções de delegado sindical e jurista e desempenhou funções de chefia no grupo UNILEVER (FIMA / IGLO).

João Passarinho no desempenho das suas funções políticas foi autarca defendendo os interesses dos Pragalenses.

Por todo o serviço que prestou ao país, ao distrito e ao concelho de Almada, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

1. Manifestar pesar pelo falecimento do Cidadão, do profissional e do Dirigente empenhado que foi João Passarinho.
2. Apresentar à sua família as mais sentidas condolências.”

7.1.6 - O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã - Presidente da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento do autarca Renato Montalvo

Após tenaz luta contra a doença que o afastou da vida ativa e autárquica, o Renato Montalvo faleceu na passada terça-feira, dia 22 de setembro.

João Renato Caetano Montalvo, tinha 72 anos, natural de Pernes no Concelho de Santarém, onde nasceu a 5 de setembro de 1943.

Renato Montalvo era presentemente o Vogal Tesoureiro da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas.

Cidadão ativo, homem bom, de grande solidariedade e politicamente comprometido e empenhado, de reconhecido mérito e referência como associativista e autarca.

Era desde Abril, militante destacado do Partido Comunista Português.

Começou a trabalhar muito novo como empregado de escritório na empresa EIEL em Lisboa.

Em 1968, com 25 anos, vem para Cacilhas para a Empresa SORENA, Sociedade de Reparações de Navios, no Ginjal, onde exerce a profissão de apontador até ao encerramento da empresa em 1986.

Foi na SORENA, também conhecida por SRN, que se consolidou na luta operária. Foi membro da Comissão de Trabalhadores e Presidente do Clube Cultural e Desportivo, o CCD



dos Trabalhadores da SRN. Foi também membro da Comissão Coordenadora Nacional das Comissões de Trabalhadores da Indústria Naval.

Foi um lutador para a viabilização e a continuação da laboração da empresa, aguentou com grande espírito de luta e sacrifício salários em atraso e foi um dos últimos trabalhadores a abandonar a SRN para procurar nova vida.

É assim que ingressa nos SMAS de Almada como leitor-cobrador, em que também assume a defesa e representação dos demais trabalhadores. É assim que é eleito delegado sindical e integra mais tarde a direção nacional do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local - STAL.

Foi Presidente do Clube de Cultura e Desporto, o CCD dos Trabalhadores das Autarquias de Almada.

Presentemente era dirigente da Associação dos Amigos do Museu Naval de Almada.

Era também representante do Município no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Emídio Navarro.

Foi um destacado eleito no Poder Local Democrático em representação da CDU e por indicação do PCP.

Foi eleito durante 20 anos na Junta da Freguesia de Almada entre 1993 e 2013, e presentemente novamente eleito para o mandato 2013-2017 na Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas onde exercia as funções de vogal-tesoureiro, juntamente com os pelouros das “obras nas escolas”, “águas e saneamento”, “ocupação da via pública” e “recolha de monos”.

Renato Montalvo era um autarca sempre presente, conhecido e reconhecido, de trato fácil e brincalhão, sempre presente na rua da sua cidade que percorria com espírito de missão, tomando contato com as pessoas, ouvindo e considerando as suas preocupações, necessidades e reclamações, ajudando empenhadamente a resolver problemas, prestando assim um útil e generoso serviço público de proximidade, no desejo de servir sempre e sempre servir melhor.

O Renato Montalvo partiu, consciente de que muito havia para fazer mas que também tudo fez para a melhoria da qualidade de vida, da felicidade dos seus concidadãos e do progresso das suas Freguesias e do Concelho de Almada.

Renato Montalvo o trabalhador da SORENA, o leitor-cobrador dos SMAS, o sindicalista, o associativista o autarca perdurará nas nossas memórias e corações e será referência pela sua dedicação, o seu humanismo, a sua luta pela dignidade humana, pela justiça social e pelos ideais de Abril.

Neste momento de luto, reconhecimento e homenagem a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário, no dia 24 de setembro de 2015, delibera:



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- Manifestar o profundo sentimento de perda e pesar pelo falecimento do autarca Renato Montalvo.
- Apresenta solidariamente sentidas condolências à Esposa, Filha e demais Família Enlutada.”

7.2 - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.

7.2.1 - A Manifestação de Pesar pelo falecimento do Cidadão Carlos Almeida, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma - Presidente da Junta das Freguesias de Laranjeiro e Feijó, foi aprovado por unanimidade.

7.2.2 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Cidadão Paulo Rebelo, apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Elisabete Peres Pereira, foi aprovado por unanimidade.

7.2.3 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Carlos Armando Gonçalves Gomes, apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.4 - O Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Arriaga, apresentado pela Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.

7.2.5 - O Voto de Pesar pelo falecimento de Corsino Fortes - Poeta, Diplomata e Político Cabo-Verdiano, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.

7.2.6 - O Voto de Pesar pelo falecimento de João Manuel Tavares Passarinho, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Sabino, foi aprovado por unanimidade.

7.2.7 - O Voto de Pesar pelo falecimento do autarca Renato Montalvo, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã - Presidente da Junta das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, foi aprovado por unanimidade.

7.2.8 - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.

7.3 - Usou da palavra o Sr. Deputado Municipal Pedro Matias para uma intervenção.

7.3.1 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Venho aqui em meu nome e em nome do Almada Atlético Clube apresentar as sentidas condolências à esposa e à filha de Renato Montalvo. O Renato foi dirigente do Almada Atlético Clube durante alguns anos desempenhou algumas funções em particular a de tesouraria e nós hoje temos aqui, e não podia deixar passar esta minha intervenção, não queríamos deixar de dizer aqui algumas palavras sobre o Renato. O Renato era um homem dedicado ao Movimento Associativo, foi um homem muito dedicado à causa pública, foi um homem muito dedicado aos que menos podem e por isso em meu nome e em nome do Almada Atlético Clube, queria apresentar as condolências à esposa e à filha.”



7.4 - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais Carlos Revés (apresentando a Moção/Deliberação Paz Sim! Nato Não! Não à realização dos exercícios militares da Nato), Luísa Ramos (Informando da Moção/Deliberação sobre a Situação dos refugiados e Imigrantes na Europa que é subscrita pelos Grupos Municipais e Partidos CDU, BE, PAN e Sr.^a Deputada Municipal Independente), José Leitão (apresentando Moção/Deliberação sobre Nações Unidas distinguem Jorge Sampaio com Prémio Nelson Mandela), João Geraldês (apresentando Moção Deliberação sobre Requalificação da Estrada Florestal, Costa da Caparica e Moção/Deliberação sobre Arte-Xávega na Costa da Caparica), Ana Salvado (apresentando Moção/Deliberação É preciso organizar a generosidade e torna-la eficaz - Acolhimento de refugiados emigrantes em Portugal), Filipe Pacheco (apresentando Moção/Deliberação sobre Orçamento Participativo Jovem), Nuno Matias (apresentando Moção/Deliberação Atrair investimento é investir mais nas pessoas e Moção/Deliberação sobre IMI - Mais apoio às famílias), António Pedro Maco (apresentando Moção/Deliberação sobre Parque canino no jardim urbano da Costa da Caparica e Moção/Recomendação de abertura da Época Balnear 2016), Ana Margarida Carvalho - Presidente da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (apresentando Moção/Deliberação sobre Incêndio na Quinta do Texugo e Moção/Deliberação sobre Portagens na A-33) e Sónia Silva (apresentando Moção/Deliberação sobre Arrábida a Reserva da Biosfera).

7.4.1 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Paz Sim! Nato Não! Não à realização dos exercícios militares da NATO
A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) anunciou a realização em Portugal, Espanha e Itália de um dos seus maiores exercícios militares desde que foi criada, que ocorrerá entre o início de Outubro e o início de Novembro de 2015, envolvendo mais de 40 países e 25 mil efetivos, tendo sido atribuído ao Porto de Setúbal e a Troia a função de plataforma logística de entrada de viaturas e de outros equipamentos e meios militares.

A NATO é uma aliança belicista, formada por 28 países da Europa e da América do Norte, constitui uma extensão do poder militar dos EUA e atua em função dos seus interesses.

A NATO foi a ferramenta da guerra contra os povos da Jugoslávia, em 1999, do Afeganistão, em 2001, da Líbia, em 2011, da desestabilização da Ucrânia, da instrumentalização da Europa na implementação da estratégia agressiva dos EUA, através da manutenção de armas nucleares em vários países europeus, ou da criação do chamado “escudo antimíssil”.

Num momento em que se multiplicam situações de tensão, de conflito e de guerra - inclusive na Europa e no Mediterrâneo Oriental - e aumenta a insegurança e a instabilidade internacionais, os exercícios militares da NATO, que têm por objetivo testar a capacidade da



recentemente criada força de intervenção rápida - força agressiva criada com o propósito de desempenhar “qualquer missão em qualquer lugar” - envolvendo forças militares e território portugueses, não podem deixar de merecer o mais expressivo repúdio, pois representam mais um passo para tentar impor a NATO como instrumento de agressão global.

Num momento em que em vários países, incluindo Portugal, são pedidos “sacrifícios” e retirados os direitos, lançando milhões na pobreza, a NATO coloca como objetivo o aumento das despesas militares, quando o conjunto dos seus países membro já representam de longe a maior fatia dos gastos militares globais, que em 2014 atingiram os 1,8 mil milhões de dólares, para a corrida a novos e mais destrutivos armamentos e à guerra.

Confrontados com os objetivos agressivos destes exercícios, os portugueses e portuguesas comprometidos com a causa da Paz, da cooperação, do progresso e da justiça social não podem deixar de repudiar a realização os exercícios militares da NATO.

A Constituição da República Portuguesa defende a «dissolução dos blocos político-militares e o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva, com vista à criação de uma ordem internacional capaz de assegurar a paz e a justiça nas relações entre os povos».

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em 24 de setembro de 2015 delibera exigir das autoridades portuguesas o cumprimento das determinações da Constituição da República Portuguesa e da Carta das Nações Unidas, em respeito pelo direito internacional, pela soberania dos Estados, pelo direito à autodeterminação e pela igualdade de direitos dos povos, pelo direito à Paz.”

7.4.2 - Documento subscrito pelos Grupos Municipais da CDU, do BE do PAN e Ind..

Moção/Deliberação Sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa

Considerando a dimensão humana do drama vivido por centenas de milhares de refugiados e imigrantes que chegam à Europa oriundos de diversas regiões do continente africano e do médio oriente.

Considerando que estes movimentos migratórios constituem na verdade a fuga à guerra, à pobreza e à morte, e que aquelas centenas de milhares de seres humanos, onde se incluem famílias completas, arriscam a vida na luta pela sua sobrevivência carregando consigo histórias de vida profundamente dramáticas.

Considerando que o inalienável direito à vida e à dignidade de todos os seres humanos, constitui um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas.

Considerando que a dura realidade vivida por estes muitos milhares de seres humanos representa uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema político e económico predominante no mundo, e tem como causas e responsáveis os processos de desestabilização política e económica provocados em diversos pontos do globo, traduzidos em guerras de agressão imperialista, imposição de políticas de domínio económico e financeiro, e saque de inúmeros recursos naturais.



Considerando que o Estado português, incluindo todas as suas instituições, deve por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas adequadas que permitam o devido acolhimento de refugiados e imigrantes, expressando a necessária solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas atrás referidas.

Considerando a necessidade de ser garantido um acolhimento que facilite a integração dos refugiados e imigrantes nos planos social, económico e laboral, e no pleno respeito pelos inalienáveis direitos de todos os seres humanos à saúde e à educação.

Considerando a forma deplorável como as instituições e os governos da União Europeia vêm reagindo à realidade colocada no terreno, tentando identificar uma ameaça naquilo que é a luta pelo direito à sobrevivência de milhões de seres humanos, abrindo assim caminho ao surgimento de manifestações de puro racismo e xenofobia e a ações criminosas de grupos de extrema-direita fascista.

Considerando a visão igualmente deplorável de discriminação na resposta aos problemas humanitários colocados pela situação criada, utilizando o pretexto da necessidade de distinguir entre refugiados e migrantes.

Considerando a visão e as declarações públicas já produzidas, frontalmente condenáveis, de alguns responsáveis políticos, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas intervencionistas apontam como solução um caminho que conduzirá a novas aventuras militares no médio oriente e no continente africano, e ao conseqüente agravamento das condições de vida das populações que agora fogem da guerra, da fome e da miséria.

Considerando que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente:

- Pelo respeito pelos direitos humanos - incluindo os direitos sociais e laborais;
- Pelo direito de todos os povos ao desenvolvimento, pelo abandono da política de militarização e repressão que apenas aprofunda as causas da situação atualmente vivida e alimenta as redes de imigração ilegais;
- Pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes;
- Pelo combate às causas da imigração em massa;
- Pelo fim das políticas de guerra e ingerência contra os povos e países de África e do Médio Oriente;
- Pelo respeito da soberania e independência dos Estados;
- Pelo decidido combate à pobreza;
- Por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.

Considerando que cabe ao Governo assegurar que o acolhimento se faça no pleno respeito pela Carta das Nações Unidas e os direitos dos cidadãos.



A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que, no quadro de um plano global da responsabilidade do Governo da República, e de cooperação com as entidades responsáveis do Estado, participe ativamente no esforço de integração destes refugiados, honrando a tradição de solidariedade e humanismo do Povo e das Instituições do Poder Local Democrático do nosso Concelho.
2. Recomendar ainda à Câmara Municipal de Almada que coloque em debate no Conselho Local de Ação Social de Almada a necessidade de acompanhamento e participação no processo de acolhimento de refugiados.”

7.4.3 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Nações Unidas distinguem Jorge Sampaio com Prémio Nelson Mandela

O Prémio Nelson Mandela, criado pelas Nações Unidas em 2014 e atribuído pela primeira vez este ano, distinguiu Jorge Sampaio, a par de Helena Ndume, médica oftalmologista que dedicou a sua vida ao combate à cegueira em África.

O objetivo do prémio é distinguir a contribuição excecional dos galardoados em prol da humanidade, pautando-se por uma conduta que valoriza a reconciliação, o progresso político e a transformação social, à semelhança do que foi o legado político e espiritual de Nelson Mandela.

Numa vida rica de dedicação à democracia, à liberdade e à promoção da pessoa humana, Jorge Sampaio distinguiu-se como resistente à ditadura, dirigente político, Presidente de Câmara e Presidente da República.

Nos últimos anos dedicou-se à promoção da saúde e qualidade de vida das populações mais carenciadas, ao ser durante seis anos enviado especial das Nações Unidas na luta contra a tuberculose. Também se empenhou na criação de bolsas de estudo para estudantes sírios refugiados, de forma a que estes pudessem continuar em Portugal os estudos interrompidos no seu país natal.

Reunida a 24 de setembro de 2015, a Assembleia Municipal de Almada delibera:

Congratular-se com a justa atribuição do Prémio Nelson Mandela a Jorge Sampaio, figura grande do combate pelo progresso social e pela promoção da dignidade humana.

Expressar publicamente o apreço que sente pela figura impar do Dr. Jorge Sampaio, assim como o seu empenho na promoção, no Concelho de Almada, dos ideais humanistas que têm norteado a sua vida.”

7.4.4 - O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU)

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.4.4.1 - Moção/Deliberação Requalificação da Estrada Florestal, Costa da Caparica



Em 25 de junho deste ano, na Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, foi deliberado sobre a urgente necessidade de requalificação da Estrada Florestal na Costa da Caparica, texto que foi aprovado por larga maioria, tendo recolhido apenas o voto de abstenção dos deputados municipais que representam nesta Assembleia o maior partido da atual coligação do Governo da República.

Afirmava-se então, o que se mantém hoje, que a Costa da Caparica é justamente considerada uma das melhores áreas balneares de todo o País, tendo sido recentemente classificada como a sexta melhor área balnear urbana do mundo, dispondo de excepcionais condições ambientais e geográficas que suscitam o interesse e a procura de muitos milhares visitantes das quatro partidas do mundo.

Há três meses, referia-se ainda que as qualidades ambientais e territoriais da Costa da Caparica têm que constituir igualmente um fator distintivo colocado ao serviço desenvolvimento e do bem-estar daqueles que, vivendo na Costa da Caparica o ano inteiro, aqui encontram os meios e os recursos para o seu sustento e o das suas famílias.

E lamentava-se, também, que um quadro geral de grande qualidade natural como o referido não seja acompanhado pela mesma qualidade ao nível das infraestruturas de apoio, quer aos que procuram a Costa da Caparica com o intuito do lazer, quer principalmente aqueles que residem, trabalham e vivem todos os dias a Freguesia da Costa da Caparica.

Uma das dificuldades mais significativas identificadas prende-se com a circulação e estacionamento automóvel, em particular nos acessos às praias do sul da Costa da Caparica, e as condições de segurança - ou falta dela - que decorrem desta realidade atualmente muito negativa, que se traduz numa Estrada Florestal que claramente não dispõe do perfil nem das condições exigíveis à função de distribuição das centenas de milhares de cidadãos que procuram aquelas praias.

Mas não se limitava a lamentar a realidade crua vivida por estes muitos milhares de cidadãos vivem quotidianamente ou que procuram usufruir a qualidade natural da Costa da Caparica.

Referenciava-se e sublinhava-se a vontade, a determinação e o trabalho concreto já realizado pela Câmara Municipal de Almada no sentido de contribuir para a melhoria das condições do acesso e segurança na Costa da Caparica, do qual nasceu um projeto concreto, integrando soluções exequíveis para os atuais estrangulamentos, que para que possam ser concretizadas exigem, tão-somente, um grau de empenho, vontade e determinação semelhantes ao do Município por parte do Governo da República, responsável direto pela gestão daquele problema.

Comungando as preocupações expressas junto do Governo da República, também o Provedor de Justiça se pronunciou recentemente, de forma inequívoca, sobre as responsabilidades do Estado que impendem sobre aquela Estrada Florestal, não hesitando em afirmar que a reparação e conservação do seu piso - bem como a reparação de eventuais danos



provocados pelo mau estado de conservação - é uma responsabilidade que cabe exclusivamente ao Estado.

Passados três meses e mais uma época balnear, sobre a deliberação que tomámos em Junho, na qual, aqui recordamos, expressávamos a “profunda preocupação pelas condições de circulação automóvel profundamente deficientes e desadequadas atualmente oferecidas pela Estrada Florestal na Costa da Caparica, responsáveis por grandes dificuldades que muitos milhares de utentes sentem quotidianamente no acesso às praias do sul da Costa da Caparica, e suscetíveis de criar sérios problemas de segurança a todos os cidadãos”, e apelando, em consequência, ao Governo da República que “atenda de forma positiva a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Almada relativamente à Estrada Florestal, possibilitando a conclusão até Junho de 2016 daquele importante e estruturante investimento [...]”, não podemos compreender, menos ainda aceitar, que não tenha chegado aos órgãos autárquicos de Almada, incluindo esta Assembleia Municipal, o mais leve sinal de interesse e empenho do Governo da República relativamente à solução dos problemas identificados.

Neste quadro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

1. Reiterar a sua mais profunda preocupação pelas deficientes condições de circulação e de segurança de pessoas e bens que persistem na Estrada Florestal da Costa da Caparica, totalmente desadequadas a uma resposta de qualidade à procura de muitos milhares de utentes das praias do sul da Costa da Caparica.
2. Reiterar, igualmente, a necessidade de ser concretizada uma intervenção de fundo naquela Estrada Florestal, que permita a introdução das soluções adequadas para prevenção e eliminação dos fatores que hoje determinam o fortíssimo congestionamento da circulação naquela área do Concelho de Almada.
3. Reiterar, ainda, a determinação institucional em colaborar, no âmbito das competências e responsabilidades próprias das autarquias locais, no sentido de potenciar sinergias para que aquela intervenção, tão urgente quanto necessária, possa ainda concretizar-se até ao início da época balnear de 2016.
4. Apelar uma vez mais ao Governo da República que responda positivamente à proposta de intervenção construída e apresentada pela Câmara Municipal de Almada, viabilizando aquele investimento, estruturante e decisivo para a melhoria da qualidade da oferta de uma das mais importantes áreas turísticas do nosso País, bem como para a segurança de muitos milhares de utentes e de residentes na Costa da Caparica.”

7.4.4.2 - Moção/Deliberação sobre Arte-Xávega na Costa da Caparica

A Assembleia Municipal de Almada deliberou por unanimidade, na sua Sessão Ordinária de 28 de junho de 2013, “reiterar a importância e o elevado significado social e económico que a prática da Pesca com ‘Arte-Xávega’ assume no concelho de Almada e, em particular na



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

freguesia da Costa da Caparica, quer enquanto atividade económica que possibilita a sobrevivência de centenas de famílias Almadenses, quer enquanto elemento do património cultural e social do concelho de Almada e do País”.

Na mesma deliberação unânime, e em consequência, a Assembleia Municipal de Almada saudava “os Pescadores da Arte Xávega de todo o País, e os Caparicanos em particular, pela luta que vêm desenvolvendo em defesa da qualidade da sua atividade profissional e das condições para a sua própria sobrevivência, traduzida já de forma clara na publicação da Portaria nº 4/2013 e na aprovação da Recomendação ao Governo por unanimidade na Assembleia da República”.

Em 2015, a Câmara Municipal de Almada deliberou propor e a Assembleia Municipal de Almada deliberou aprovar, a inclusão nas Opções do Plano do Município, no âmbito do Eixo Cultura, Desporto, Solidariedade e Segurança e da Linha de Orientação 5.14, o objetivo de “Assegurar a Promoção e Valorização da Arte-Xávega, enquanto Património Cultural”.

Neste quadro, a Câmara Municipal de Almada desencadeou junto do Governo da República, em Fevereiro do corrente ano, um procedimento visando a valorização cultural da “Arte-Xávega”, traduzido na elaboração e submissão do Pedido de Inventariação daquela arte de pesca centenária junto da Direção-Geral do Património Cultural, potenciando assim a salvaguarda daquele património cultural imaterial em sintonia com o direito internacional vigente, designadamente o estabelecido na “Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial”, adotada na 32ª Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris em Outubro de 2003, e adotada pela legislação portuguesa a partir da Resolução da Assembleia da República nº 12/2008, de Janeiro daquele ano.

A importância da inventariação deste património cultural imaterial é indiscutível, pois ela traduz a possibilidade de uma defesa, proteção e valorização consistentes e coerentes das manifestações do património cultural imaterial mais representativas das diferentes comunidades, tendo em vista uma efetiva salvaguarda e divulgação das práticas e valores culturais a elas associados.

Neste quadro, o Centro de Arqueologia de Almada elaborou, por solicitação e em parceria com a Câmara Municipal, um trabalho de estudo tendo como objeto a “Arte-Xávega” realizada na Costa da Caparica, no qual se sublinha que aquela prática de pesca por arte envolvente se encontra diretamente ligada à origem e povoamento da Costa da Caparica, pelas comunidades piscatórias fundadoras na segunda metade do século XVIII, consequência direta das condições naturais daquela área do território, que localizado próximo da foz e do estuário do rio Tejo favorece a existência de recursos piscícolas abundantes, principalmente de espécies migradoras, desta forma favorecendo igualmente este tipo de pesca.

No mesmo estudo sublinha-se, ainda, que a pesca com a “Arte-Xávega” atualmente praticada na Costa de Caparica e Fonte da Telha, resulta de um conjunto de adaptações operadas ao



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

longo de séculos, que lhe conferem características próprias e únicas, que justificam por isso a sua inventariação enquanto prática cultural específica da Costa da Caparica.

Na deliberação aprovada por esta Assembleia em 28 de Junho de 2013, releva-se igualmente a importância desta “arte” também em termos económicos, traduzida “numa atividade económica que conhece uma expressão muito significativa junto da comunidade de pescadores da Costa da Caparica/Fonte da Telha. Centenas de famílias da Costa da Caparica encontram as suas fontes de rendimento, por isso as condições indispensáveis à sua sobrevivência, na prática da pesca com “Arte Xávega”, retirando daquela atividade os proventos que lhes permitem viver o dia-a-dia”, como então afirmámos.

Enquanto atividade económica, e citando de novo o trabalho elaborado pelo Centro de Arqueologia de Almada, a “Arte-Xávega” “ocupa um lugar relevante na economia de subsistência de determinados setores da população residente na freguesia da Costa da Caparica, na medida em que cada ‘campanha’, envolve nas diversas tarefas de pesca, um número de trabalhadores na ordem das dezenas, ao passo que nas restantes artes de pesca locais, a tripulação não ultrapassa os três pescadores por ‘campanha’”.

Também do ponto de vista da promoção turística da Costa da Caparica e do Concelho de Almada, representará seguramente um importante contributo a inscrição da “Arte Xávega” como património cultural imaterial desta região.

O procedimento legal tendo em vista a inventariação da “Arte Xávega” enquanto elemento do património cultural imaterial do nosso Concelho e da Costa da Caparica em particular, desencadeado pela Câmara Municipal de Almada, seguiu o seu curso normal e desagouou, em 11 de Setembro passado, no encerramento do período de consulta pública conduzido pela Direcção-Geral do Património Cultural, encontrando-se agora todo o processo em fase de apreciação por aquela entidade do Estado tendo em vista uma decisão final sobre a sua inclusão no Inventário do Património Cultural Nacional.

Neste quadro, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

1. Saudar e apoiar vivamente a iniciativa da Câmara Municipal de Almada de, na sequência de uma deliberação da Assembleia Municipal de Almada, desencadear junto da Direcção-Geral do Património Cultural, instância competente da Administração Central nesta matéria, o processo de inscrição da pesca com “Arte Xávega” praticada na Costa da Caparica no Inventário Nacional do Património Cultural.
2. Sublinhar a importância de uma decisão final favorável à proposta apresentada pela Câmara Municipal de Almada por parte da Direcção-Geral do Património Cultural, tendo em consideração que essa decisão potenciará a promoção cultural, a salvaguarda do património, a defesa de uma atividade económica de significativa expressão, e a divulgação e promoção turística desta região, fatores que são fortemente suscetíveis de representar um



impacto económico muito positivo em todo o tecido económico e social da Costa da Caparica e de Almada.”

7.4.5 - A Sr.ª Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação É precisa organizar a generosidade e torna-la eficaz - Acolhimento de refugiados emigrantes em Portugal

Esta moção utiliza como título uma frase de Rui Marques, um dos coordenadores da recentemente criada Plataforma para os Refugiados, formalizada no passado dia 18, da qual faz parte um conjunto importante de organizações não-governamentais de diferentes esferas de ação, à cabeça das quais se encontra o Conselho Português de Refugiados.

É uma frase com a qual muitos almadenses se identificam, numa altura em que o tempo das pessoas que fogem da Síria, do Iraque, do Afeganistão, da Eritreia, da Somália e da Líbia, por razões de guerra ou económicas, escasseia e se esgota nos muros e em campos de refugiados entretanto construídos à pressa, como forma de estancar a entrada de mais refugiados e migrantes na Europa. A entrada daqueles que entretanto já sobreviveram a perseguições e a travessias, por rotas marítimas e terrestres, em condições miseráveis e inumanas.

Trata-se de um problema com dimensões humanitárias e é na base desse pressuposto que é imperioso agir coletivamente e de forma organizada.

Desde janeiro de 2015, segundo a ACNUR, mais de 400 mil pessoas oriundas daqueles países encontram-se na Europa, nomeadamente na Grécia e em Itália. As posições políticas de alguns países da região dos Balcãs e o acordo recente no seio da União europeia perante esta grave crise, são posições lamentáveis e insuficientes que nos impelem a defender atitudes proactivas, mais do que criticar ou culpar quem alimentou a complexa situação que se vive naqueles países.

A chegada de Refugiados e migrantes nestas condições, para além de dever ser enquadrada como uma questão humanitária, comporta benefícios potenciais para os países de acolhimento. Também por essa razão é necessário combater as narrativas e posições menos tolerantes sobre a vinda de pessoas do mundo dito árabe e islâmico para Portugal e para a Europa. Esses potenciais benefícios referem-se ao impacto demográfico positivo, contrariando efeitos decorrentes da baixa taxa de natalidade, assim como os proveitos económicos que a vinda destas pessoas pode representar.

Há, portanto, que ser pragmático e proactivo perante os imperativos da solidariedade e da dignidade humana, despoletando iniciativas de apoio, e preparando o futuro daqueles que virão para Portugal.

Soube-se esta terça-feira que serão entre 4500 e 5000, nos próximos dois anos, os refugiados acolhidos pelo nosso país, crianças, mulheres e homens que irão fazer parte da



nossa sociedade e das nossas comunidades numa perspetiva temporal que não se afigura apenas de curto prazo.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 24 de setembro de 2015, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1.1 Que, em cooperação com as entidades responsáveis do Estado e da Sociedade Civil, nomeadamente o Conselho Português para os Refugiados e a Plataforma de Apoio aos Refugiados, participe ativamente no esforço de acolhimento e integração dos refugiados.

1.2 Que coloque em debate no Conselho Local de Ação Social de Almada a necessidade de acompanhamento e participação das diversas entidades no processo de acolhimento de refugiados.

1.3 Que divulgue no Boletim Municipal e nos outros meios de comunicação do município as iniciativas e campanhas a decorrer ou em preparação a nível nacional, regional e local, com vista a ajudar os refugiados, assegurando assim uma adequada informação dos almadenses.

1.4 Que promova, com a participação dos diversos Grupos Municipais da Assembleia Municipal, uma iniciativa pública de apoio ao acolhimento das famílias de refugiados em Almada.

2. Delibera ainda saudar as iniciativas das diferentes organizações da sociedade civil que se mobilizaram, implementando ações pragmáticas e alternativas à resposta insuficiente e tímida que tem caracterizado a atuação do Governo Português.”

7.4.6 - O Sr. Deputado Municipal Filipe Pacheco (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Orçamento Participativo Jovem

Atualmente, o progressivo afastamento dos jovens em relação à política e à coisa pública é um sintoma alarmante dos problemas que as democracias ocidentais enfrentam.

As mudanças socioculturais a que assistimos nos últimos 50 anos levaram necessariamente a que os cidadãos interajam hoje de forma diferente com os conceitos de participação e cidadania. Nos anos 50 e 60, o capitalismo promoveu a integração dos trabalhadores no processo de acumulação do capital, pela via da massificação e diversificação do consumo e do conseqüente aumento de bem-estar da população.

O advento das sociedades pós-modernas gerou uma classe média mais numerosa no Mundo Ocidental mas também mais indiferenciada em termos políticos. Os cidadãos deixaram de encarar as soluções coletivas como um veículo para a resolução dos seus problemas individuais - passaram a participar menos em organizações coletivas e a investir mais na sua valorização individual para se valorizarem económica e socialmente.

A crescente despolitização da Sociedade Portuguesa e a descredibilização da classe política produziram a um claro divórcio entre os cidadãos e a política, os partidos e as instituições



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

democráticas. Por exemplo, segundo o *Regional Well-Being Report* da OCDE (Relatório que avalia o Índice de Bem-Estar de todos os membros da OCDE), a região de Lisboa e Vale do Tejo tem uma avaliação de 4.2 em 10 na categoria de envolvimento dos cidadãos nas decisões cívicas. Por sua vez, nas últimas eleições de âmbito nacional, a média de participação em Portugal foi de 61%, enquanto na OCDE foi de 67,7%.

Numa sociedade marcada pelo individualismo e pelo consumismo, as gerações mais jovens foram-se tornando gradualmente mais despolitizadas e com vínculos tendencialmente mais fortes aos valores materiais do que às questões de consciência coletiva.

Esta tendência tem de ser invertida.

Atualmente, a participação cívica e política não se pode reduzir apenas ao voto em eleições. É necessário que se criem mecanismos que permitam uma maior participação da chamada “sociedade civil” na definição das políticas que mais diretamente afetam as populações a nível local, regional ou nacional. O poder local autárquico assume particular relevância, por ser o nível de representação política que mais facilmente pode dar resposta aos problemas e anseios das populações. Ao contrário do que acontece em muitas outras democracias ocidentais, em que existem fortes *think tanks* públicos e privados e associações que alimentam o debate e a reflexão acerca das políticas a adotar, Portugal não tem essa tradição, embora comecem a despontar algumas iniciativas valorosas que devem ser incentivadas e disseminadas. Neste âmbito, surge o Orçamento Participativo, como um mecanismo que permite aos cidadãos de uma determinada região tomar parte na decisão sobre a utilização dos dinheiros públicos para a realização de projetos que estes considerem fundamentais para o desenvolvimento e sustentabilidade da sua região.

Nessa linha, defendemos a implementação de um orçamento participativo jovem, consistindo na apresentação de propostas por um jovem, um conjunto de jovens ou por instituições que representem a juventude que, depois de discutidas e aprovadas tecnicamente, sejam votadas pela população jovem do concelho, integrando depois o Orçamento do município para o ano seguinte.

Assume aqui particular importância o Conselho Municipal da Juventude, que pode ter um papel fundamental no desenvolvimento de todo o processo, na sua discussão e divulgação. Esta é uma prática já em curso em várias autarquias socialistas, como os municípios de Lousã, Alfândega da Fé e Oliveira do Hospital, com grande adesão por parte da população jovem nesses concelhos.

Também, no nosso distrito, mais particularmente no concelho do Montijo, em sede de Conselho Municipal de Juventude, e após a implementação do mesmo, está a ser lançada uma iniciativa análoga que visa dar voz aos jovens na escolha de investimentos ou projetos que se revelem do interesse da comunidade.



Neste contexto, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 24 de setembro de 2015 delibera:

1. Considerar o Orçamento Participativo Jovem como um instrumento importante para promover a participação cidadã e o empenho pela coisa pública entre os jovens do Concelho.
2. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que desenvolva as diligências necessárias para que o Orçamento Participativo Jovem possa vir a ser consagrado no Plano Municipal de Atividades para 2016.”

7.4.7 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Se me permite Sr. Presidente apresentaria as duas Moções, uma em relação ao do investimento, é um tema que não é novo nesta Assembleia, o PSD tem reiteradamente apresentado esta visão e estas propostas porque entendemos nós que atrair investimento para o Concelho é dotar o nosso Concelho, mas também a nossa autarquia de investimentos que lhes permita investir mais naquilo que é a qualidade de vida das pessoas, naquilo que é investir e a necessidade e apostar na requalificação do nosso território e de dotar de mais meios para podermos intervir naquilo que é o presente e o futuro do nosso território. E nesse sentido que propomos que se delibere.

7.4.7.1 - Moção/Deliberação Atrair investimento é investir mais nas pessoas

A riqueza de um povo constrói-se pela sua capacidade de criar, inovar, investir, procurar somar oportunidades de ter mais meios de acrescentar mais atividade.

Aumentar essa riqueza não é um chavão numérico, é isso sim, a oportunidade de havendo mais meios à nossa disposição, sermos mais capazes de reinvestir ainda mais e procurar fazer melhor.

Ao nível autárquico, as Autarquias mais capazes de investir são aquelas que conseguem dinamizar novas fontes de receitas que ajudem a potenciar mais meios que lhes permita intervir e investir de forma mais robusta nas pessoas e na qualificação dos seus territórios.

Num tempo em que as receitas tradicionais exigem novas capacidades de gestão e desafiam os responsáveis autárquicos a encontrar novos caminhos há, no entanto, uma realidade indesmentível- a capacidade de atrair novos investimentos empresariais é razão direta da capacidade de acrescentar mais valor a ser criado, mais emprego a ser gerado, mais investimento e consumo a ser concretizado.

Essa capacidade de gerar novos investimentos não depende só das autarquias, é certo, mas sabe-se que uma estratégia pró-ativa por parte dos municípios, na organização, informação, dinamização e estímulo ao investimento é um fator vital para atrair novas empresas, novos investimentos e criação de emprego.



Esse é um desafio que Almada tem que vencer ainda com mais força. Procurando com isso potenciar mais atividade empresarial pois isso vai gerar mais vida económica que terá reflexos positivos na nossa vida em sociedade, seja no consumo, seja no investimento, seja nas receitas municipais que podem depois ser reinvestidas na nossa terra e para as nossas gentes.

No contexto da Área Metropolitana de Lisboa, há municípios com a dimensão de Almada que pelo facto de terem muito maior atividade empresarial isso potencia um volume de investimento municipal muito superior, e essa é uma realidade que devemos ter em conta e devemos procurar replicar ainda com mais audácia e estratégia.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida na sua sessão de 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

- 1- Que o Executivo Municipal apresente uma nova Estratégia Municipal para a Captação de Investimentos e Atividade Empresarial, com um levantamento das oportunidades e das potencialidades, bem como possa decidir e dinamizar um novo conjunto de instrumentos que incentivem o investimento.
- 2- Que o Executivo Municipal crie o Guia do Investidor que sistematize as potencialidades do concelho de Almada como local para investir, que apresente as vantagens competitivas que o diferenciam, bem como o que temos para oferecer de condições para que o investimento possa ser célere, eficaz, reprodutor, e indutor de confiança para um potencial investidor.”

A segunda Moção diz respeito ao IMI e àquilo que é o novo quadro legal em relação ao Imposto Municipal sobre Imóveis e nesse sentido à proposta que apresentamos vai no seguinte sentido:

7.4.7.2 - Moção/Deliberação «IMI - Mais Apoio às Famílias»

A família é um dos pilares fundamentais da sociedade pelo que é fundamental apoiá-la dando-lhe condições para a sua continuada afirmação e influência na construção de uma sociedade mais justa e humanizada

A facilitação do acesso à habitação (condigna) é um dos fatores essenciais à existência e fortalecimento dos laços de família e ao aumento da natalidade

Neste sentido, e na sequência de legislação aprovada pelo governo, propõe nos termos previstos no nº 13 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pelo artigo 213º da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015) e previsto no artigo 13º do Código do IRS, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 24 e 25 de Setembro de 2015 delibera:

- 1- Propor ao Executivo que no Orçamento para 2016 exista uma redução da taxa do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela:



Número de dependentes a cargo: 1 redução de taxa até 10%; 2 redução da taxa até 15%; 3 redução da taxa até 20%.

A aprovação desta medida não implicará qualquer alteração ao orçamento municipal aprovado, uma vez que a sua execução só produz efeitos na liquidação do imposto em 2016 sendo que contribuirá para o desenvolvimento do nosso concelho pelo aumento da sua população.”

7.4.8 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.4.8.1 - Moção/Deliberação Parque canino no Jardim urbano da Costa da Caparica

Tendo em conta o elevado número de residentes proprietários de cães na freguesia da Costa da Caparica, que na sua maioria cumprem as regras do uso de trela, quando circulam na via pública e sabendo-se que os cães têm uma grande necessidade de exercício físico, de correr e socializarem com outros animais, para um bom equilíbrio emocional e comportamental e como na sua grande maioria os donos de cães não tem jardins ou terrenos próprios para soltar os seus cães, deparamo-nos com a situação de no Jardim Urbano da Costa da Caparica ser frequente muitos cães andarem soltos, sem trela contrariando as regras estabelecidas e sendo alvo de queixas dos outros utentes do jardim.

Seria assim do interesse de todos e seguindo o exemplo do espaço para cães, existente junto ao Parque da Paz ou como o recentemente criado no Jardim do Campo Grande em Lisboa, criar um parque canino na Costa da Caparica. Existem locais que raramente são usados pelos utentes do jardim, havendo as condições ideais para este novo serviço. Sendo o custo pouco significativo na instalação deste tipo de equipamento (uma vedação simples, locais próprios para colocar os sacos com os dejetos dos animais e um ponto de água) e tendo em conta que os donos dos cães já pagam um imposto municipal, o investimento por parte do município seria bastante reduzido. Queremos no entanto ressaltar que terão que ser estabelecidas regras de utilização, sendo incrementada a fiscalização.

Com esta iniciativa tanto a segurança dos cidadãos, como dos cães estaria assegurada e seria aplaudida por todos.

Assim sendo e em seguimento aos considerandos acima descritos a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 24 e 25 de setembro de 2015 na localidade da Caparica delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal a criação e a instalação no Jardim Urbano da Costa da Caparica de um parque para cães.
2. Estender esta iniciativa a todos os parques e jardins existentes no concelho que reúnam condições necessárias para a criação de parques para cães.”

7.4.8.2 - Moção/Recomendação sobre Abertura da Época Balnear 2016

Com o meses que se aproximam do verão é normal começar-se a notar uma maior afluência de turistas e visitantes à procura de sol e praia para aproveitar as excelentes condições climatéricas que o país tem como dádiva da Natureza.



A região de Lisboa é das mais concorridas assim que começam as temperaturas a subir proporcionando bons dias de lazer a quem nos visita.

Almada, com as características e a paisagem natural por todos reconhecida não é exceção sendo um dos destinos mais considerados de quem quer aproveitar o bom tempo junto à beira-mar e em família.

Desta forma, quem o faz, além de sol e mar, espera que quem os receba possa proporcionar as melhores condições não só ao nível de acessos, oferta gastronómica, cultural e hoteleira, mas também em termos de segurança quer na salvaguarda dos seus haveres quer na salvaguarda da sua integridade física.

Do ponto de vista da autarquia e tendo sempre como objetivo colocar ao dispor dos agentes intervenientes as melhores condições para que se possa atrair mais visitantes e proporcionar-lhes uma boa estadia, deve atempadamente criar um plano que vá de encontro às necessidades de todos aqueles que escolhem o concelho como destino turístico ou para os momentos de lazer.

Ainda no que toca à autarquia, deve a mesma providenciar os recursos que dispõe para que aproveitando esse fluxo de visitantes, possa promover o concelho, dar oportunidade ao desenvolvimento do comércio e atividades direta e indiretamente ligadas com a época estival e proporcionar a oportunidade da criação de postos de trabalho que a mesma época sempre coloca ao dispor.

Assim, à semelhança do que ocorre noutros outros pontos do país nomeadamente na região de Lisboa, onde a atividade estival tem uma grande dinâmica quando as boas condições climatéricas assim permitem, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão extraordinária no dia 12 de Maio na freguesia da Costa da Caparica, vem desta forma, Recomendar à câmara municipal que providencie os mecanismos previstos na lei para que a abertura da época balnear 2016 no concelho de Almada possa ocorrer nas melhores condições e a na maior segurança junto daqueles que nos visitam na época de calor.”

7.4.9 - A Sr.^a Deputada Ana Margarida Carvalho - Presidente da Junta das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

7.4.9.1 - Moção/Deliberação sobre Incêndio na Quinta do Texugo

No passado dia 2 de setembro eclodiu na zona da Quinta do Texugo/Foz do Rego, na Charneca de Caparica, um incêndio florestal que chegou a ameaçar uma área verde sensível e de grande valor patrimonial do nosso Concelho.

Declarado o sinistro, foram de imediato mobilizados os meios adequados para um combate eficaz às chamas, e iniciaram-se as operações no terreno.

Nesta ação foram envolvidos 180 meios humanos e 61 viaturas, destacando-se pelo papel decisivo que assumiram, 138 bombeiros, homens e mulheres de 12 Associações de



Bombeiros de diferentes concelhos - Almada, Seixal, Barreiro, Sesimbra, Palmela, Moita e Montijo -, que em poucas horas conseguiram primeiro conter a progressão do sinistro, evitando a sua propagação a áreas protegidas e zonas residenciais e os danos associados que seriam seguramente avultados, e depois a circunscrição e extinção do incêndio num período de tempo muito curto.

A intervenção dos operacionais envolvidos, cujo comando operacional no terreno esteve a cargo da Proteção Civil Municipal de Almada e do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, Miguel Silva, permitiu que a área ardida se circunscrevesse a pouco mais 23 hectares de mato e pinhal, e que não se registassem acidentes pessoais entre a população e os bombeiros, registando-se apenas um ferido ligeiro entre estes últimos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 24 e 25 de Setembro de 2015, delibera:

1. Saudar vivamente todos os homens e mulheres envolvidos nesta operação de socorro, Bombeiros, Serviços Municipal de Proteção Civil, Centro Distrital de Operações de Socorro de Setúbal e por seu intermédio o Serviço Nacional de Proteção Civil, Serviços da Câmara Municipal de Almada, Guarda Nacional Republicana e Serviços do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, pelo elevado desempenho revelado nesta operação de socorro.
2. Relevar publicamente o excelente trabalho desenvolvido no terreno, resultado do empenho colocado nas operações socorro, e o extraordinário nível de comando e coordenação revelado por todos os meios humanos envolvidos, realidade que permitiu confinar o acidente a uma área limitada, evitar danos e prejuízos avultados e salvaguardar um riquíssimo património que a todos pertence.”

7.4.9.2 - Moção/Deliberação sobre Portagens na A-33

A Freguesia de Charneca de Caparica, agora pertencente à União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, tem assistido nos últimos anos a um crescimento populacional acentuado o que transformou um território predominantemente rural numa freguesia urbana constituída quer por vários aglomerados populacionais quer por núcleos empresariais de relevo no concelho de Almada e na Península de Setúbal. Assume ainda particular importância a sua localização costeira o que faz desta freguesia um destino turístico e de veraneio relevante.

Deste modo, a mobilidade urbana tem sido referenciada como assunto central no ordenamento do território principalmente quando considerada a resultante da combinação de vários fatores como os transportes públicos, a rede viária, a implementação de infraestruturas básicas de saneamento, etc.

Neste contexto, a construção da agora A-33, que resultou de uma sistemática e persistente reivindicação do Poder Local e das populações, embora com uma dimensão excessiva para



as necessidades, apresenta-se no entanto como via estruturante incluída na rede viária nacional, viria supostamente contribuir para diminuir o tráfego no interior da Charneca de Caparica, melhorando a qualidade ambiental e a qualidade de vida das populações locais, mas também beneficiar a economia permitindo às micro, pequenas e médias da nossa região uma maior acessibilidade.

No entanto, e sem anúncio prévio ou pedido de parecer às autarquias locais, o governo impôs o pagamento de portagens, penalizando os custos com a mobilidade e aumentando a intensidade do tráfego rodoviário local.

Tendo em conta que o primeiro pórtico de portagens “divide” a Freguesia de Charneca de Caparica, as populações a sul do “Nó da Queimada” têm de efetuar um pagamento de 0.65€ para se deslocarem para as localidades de Marisol, Aroeira ou Fonte da Telha. Na realidade esta situação faz com que o tráfego rodoviário desvie para o centro da Charneca de Caparica, aumentando assim a circulação na antiga estrada nacional 377, penalizando claramente as populações.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 24 e 25 de Setembro de 2015, delibera:

- a) Reclamar do Governo a reconsideração do pagamento de portagens na A33 e exigir o imediato cancelamento do pórtico de portagem colocado no interior da Freguesia da Charneca de Caparica, entre as Casas Velhas e a Quinta da Queimada.
- b) Solidarizar-se com as lutas das populações contra o pagamento de portagens.”

7.4.10 - A Sr.^a Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Arrábida a Reserva da Biosfera

No final de junho passado, a Comissão Executiva da Arrábida, composta pela Associação de Municípios da Região de Setúbal [AMRS], o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas [ICNF] e os Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, avançou com a intenção de promover a candidatura da Arrábida a ‘RESERVA DA BIOSFERA’.

Considerando a Arrábida património da Região de Setúbal e do País e elemento potenciador dum desenvolvimento harmonioso entre a natureza e as comunidades humanas e prezando todo o trabalho produzido anteriormente, no quadro da primeira tentativa de reconhecimento internacional da Arrábida, temos hoje o desafio de voltar a colocar, na ordem do dia, o desígnio fundamental de valorizar, proteger e promover este território e o seu património único e excecional, procurando potenciar e conciliar entidades e personalidades envolvidas e o consenso nacional obtido em torno do objetivo de valorização da Arrábida.

Este é um processo que, em estreita articulação com a Comissão Nacional da UNESCO, continuar a apostar na Arrábida, na necessidade de garantir o reconhecimento da excecionalidade dos seus valores patrimoniais, no desenvolvimento harmonioso deste território



na sua relação com quem nele vive e quem o visita, promovendo a proteção do património, o seu estudo e valorização.

Considerando que também Almada possui uma Área Protegida, com classificação legal desde 1984 (Decreto-Lei nº 168/84, de 22 de maio), mas com um quase total desinvestimento por parte da tutela responsável - o ICNF e respetivo Ministério - e sendo, esta, a PAISAGEM PROTEGIDA DA ARRIBA FÓSSIL DA COSTA DE CAPARICA [PPAFCC] um património raro de excecional valor geológico, geomorfológico e paisagístico, no qual existe a área florestal secular e classificada como RESERVA BOTÂNICA DA MATA DOS MEDOS, desde 1971 (Decreto nº 444/71, de 23 de outubro), com três endemismos lusitânicos e 15 ibéricos de elevado valor botânico.

Considerando, igualmente, que a Mata dos Medos situa-se na plataforma superior da Arriba Fóssil da Costa de Caparica, de entre concelhos Almada (Norte) e Sesimbra (Sul) e ocupa uma faixa de 5 kms ao longo da nossa costa ocidental; e que perfazendo uma superfície de 338 hectares, apresenta grandes riqueza e diversidade de espécies características do ecossistema de pinhal.

E tendo, também, em consideração que, na dimensão e dinâmicas naturais e ecológicas não existe estanquicidade dos ecossistemas - que não conhecem nem esbarram em fronteiras administrativas, jurídicas, políticas de territórios Freguesias, Concelhos, Municípios - e para que uma estratégia de articulação para a afirmação das duas Áreas Protegidas - Arrábida e Arriba Fóssil da Costa de Caparica - possa ser considerada; Defendemos, pois, a promoção de um turismo de Natureza, ao ar livre, ativo mas sustentável (ideal e tendencialmente sem motorização e grandes cargas, pressões e agrupamentos humanos); bem como a promoção da prática desportiva integrada no espaço e ambiente naturais; e a promoção e dinamização de ações de educação ambiental e sensibilização das comunidades locais e população almadense para relevância da temática e da presente candidatura.

Assim,

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em sessão ordinária, a 24 e 25 de setembro de 2015, no Clube Recreativo União Raposense, delibera:

- 1) Saudar a AMRS pela iniciativa de avançar, juntamente com a Comissão Executiva da Arrábida (ICNF e Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal) com a candidatura a 'RESERVA DA BIOSFERA';
- 2) Enfatizar a relevância e essencialidade desta candidatura e deste projeto de valorização e reconhecimento internacionais para o património único da Arrábida, tanto para esses Municípios, como natural e igualmente para os envolventes, na perspetiva da dinamização social e económica das comunidades locais e da Região - Península e Distrito de Setúbal;



3) Manifestar, igualmente, confiança para com o trabalho dos Municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal, os quais têm partes do seu território que cruzam e compõem a própria 'RESERVA DA BIOSFERA'."

7.5 - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luísa Ramos, José Joaquim Leitão, Nuno Matias, Carlos Guedes, Alexandra Correia e Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.5.1 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Eu queria sugerir aos Srs. Deputados do PSD, ao Grupo Municipal do PSD se podem encarar a possibilidade de retirar a sua Moção sobre o IMI, na medida em que nós vamos ter uma Assembleia Extraordinária em outubro e todos fomos informados que a Câmara está a estudar o assunto. Esta Câmara tem um compromisso com todos os Municípios que é dentro das possibilidades diminuir o IMI para todos os municípios de forma regular e equilibrada. Parece-nos extemporâneo a Moção apresentada, sem estudar os reflexos e portanto a proposta que fazemos é que os Srs. Deputados do PSD possam retirar a sua Moção."

7.5.2 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Algumas considerações sobre os textos que temos à consideração. Uma primeira Moção, o documento um refere-se à NATO e aos exercícios militares que vão ter lugar. Com toda a serenidade, quero afirmar que a leitura que a CDU faz do papel da NATO e do significado destes exercícios não é de forma nenhuma acompanhada pelo Partido Socialista. O Partido Socialista defende a permanência de Portugal na NATO e considera positiva, globalmente positiva a intervenção desta organização na geopolítica mundial e portanto vamos votar contra. Relativamente ao texto quatro Moção/Deliberação sobre os refugiados, vamos votar a favor. Vamos votar a favor embora obviamente não subscrevamos todas as afirmações, todos os pontos de vista que estão vertidos nomeadamente nos considerandos. Mas a matéria dos refugiados, é uma matéria central da atualidade e é uma matéria que justifica a convergência de todos aqueles que têm uma visão humanista e progressista do mundo e da sociedade. Portanto, nós embora tenhamos reticências a algumas formulações, não considero sequer útil neste momento especifica-las, quero apenas dizer que apesar de não subscrever integralmente todos os considerandos votaremos a favor da Moção, e apelamos aos grupos municipais e partidos desta Assembleia que votem esta Moção e a Moção que apresentamos também sobre o mesmo tema.

Depois, documento nove, Moção/Deliberação requalificação da Estrada Florestal. Esta matéria é uma matéria relevante, eu penso que a apresentação deste texto é adequada, é de facto o tempo certo, nós devemos manter a atenção sobre esta matéria e na medida do possível



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

pressionar para que o que está perspetivado e que é imprescindível avance e portanto votaremos a favor da Moção.

Relativamente ao texto seguinte, documento dez, a Arte Xávega. Este assunto da Arte-Xávega obviamente é um assunto antigo, tão antigo como a própria Arte-Xávega que é provavelmente centenária. Mas no nosso Concelho há um percurso que foi sendo seguido, foi sendo percorrido em conjunto com os pescadores desde 2008 e em que o PS se empenhou profundamente. É uma matéria que neste momento é consensual e transversal na Sociedade Almadense e na Costa da Caparica e portanto é sempre de louvar a visibilidade que se dá a esta prática cultural, social e económica tão importante e portanto votaremos a favor da Moção apresentada.

Relativamente ao documento treze, apresentado pelo PSD, como penso que disse o Sr. Deputado Municipal do PSD é matéria recorrente, é matéria que o PSD apresenta com frequência, é matéria relativamente à qual no essencial penso que também há consenso, mas penso que os textos que são apresentados valem por si e valem pelo contexto em que são apresentados, e numa altura em que se debatem de forma democrática estas matérias a nível nacional, convém também referir que é lamentável que os proponentes desta Moção tenham pactuado com tanta inércia e tanta ineficiência no que diz respeito à promoção do investimento no País. E portanto, considerando não só o texto mas também a circunstância vamo-nos abster relativamente a ele. Sobre a Moção do IMI, já foi referido pela Sr.^a Deputada Municipal da CDU que esta Moção se afigura extemporânea, eventualmente até a própria iniciativa legislativa é extemporânea, a abertura da campanha eleitoral, nas vésperas que permitiu algumas leituras de eleitoralismo da medida, mas deixando essa questão de lado e sintamo-nos agora especificamente no texto da Moção, fará sentido que um órgão delibere sobre uma Moção que se refere a matérias que vão ser decididas posteriormente pelo mesmo órgão? Penso que não faz sentido. E penso que também nesta matéria se devia aplicar a metodologia que o Sr. Deputado Municipal do PSD tão bem utilizou quando se fez a outra discussão sobre a redução do IMI, que foi perguntar, então e não era melhor termos estudos aprofundados que nos dessem com rigor, que nos permitissem com rigor antecipar o impacto financeiro da medida? Eu arrisco-me a considerar que eventualmente esta Proposta não tem uma quantificação do impacto financeiro e talvez nós fazendo esta discussão em tempo e de acordo com os calendários que são necessários para se vir a deliberar sobre ela, possamos vir a deliberar com alguma sustentabilidade do ponto de vista dos estudos de impacto e eventualmente até possamos vir a convergir nesta matéria. A nossa posição ao recusar aprovar agora esta Moção não é no sentido de inviabilizar esta solução ou outra qualquer, é dizer que agora não vamos discutir isto, não estamos disponíveis para discutir este assunto pelas razões que aduzi.



Relativamente ao documento dezasseis apresentado pelo CDS, Parque canino do Jardim Urbano da Costa da Caparica, estas matérias obviamente são matérias sensíveis e significativas para muitas e muitos cidadãos de Almada, que têm os seus animais de estimação e que gostam de poder usufruir também do exterior em condições adequadas, pelo que soube, parece que há neste momento trabalho conjunto entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia nesta matéria e portanto com o espírito construtivo que pomos sempre nestas matérias vamos votar a favor desta Moção, até porque aponta para uma solução que está a ser solucionada por quem de direito.

Sobre o segundo texto do CDS, eu penso que este assunto deve ser aprofundado e mesmo o próprio texto merece ser mais, não diria esmiuçado como se diz na comunicação social, mas mais trabalhado, até porque se repararem bem no último parágrafo há um lapso, e aparentemente este texto foi objeto de colagem e depois não se viu que isto se referia a uma data de doze de maio, na Freguesia da Costa da Caparica. Nós não estamos na Freguesia da Costa da Caparica nem a doze de maio, e portanto, o apelo que eu fazia era que o proponente deste texto aceitasse baixar à Comissão para podermos aprofundar melhor estas matérias. Quanto aos restantes textos, sobre o incêndio na Quinta do Texugo, associamo-nos ao texto. Sobre a Moção/Deliberação sobre as portagens da A33, também achamos inaceitável que haja no espaço do Concelho portagens e portanto vamos votar favoravelmente e também votamos favoravelmente a Moção sobre a Arrábida a Reserva da Biosfera.”

7.5.3 - O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Começava por dar resposta quer à CDU, quer ao Partido Socialista, em relação à nossa proposta de deliberação sobre o IMI. E percebendo a parte construtiva das propostas e das sugestões em relação à quantificação por um lado dos incentivos para os agregados com maior número de descendentes, mas também em relação ao efeito que essas medidas poderiam resultar, aquilo que aceitamos é retirar a quantificação do impacto destes associados ao número de descendentes ou neste caso de dependentes, não deixando cair o princípio, ou seja, é certo que vamos ter uma Assembleia Municipal Extraordinária onde vamos poder discutir obviamente aquilo que é o alcance da medida, o alcance daquilo que tem sido a evolução do comportamento da receita, nomeadamente do IMI e o efeito crescente que tem tido nos últimos exercícios, mas entendemos nós que não viola de modo algum aquilo que possa ser o estabelecimento do princípio, pode ser quantificado dentro daquilo que seja razoável e nós admitimos que não temos presente aqui todos os dados objetivos que nos permitam dizer que este valor é ou não o mais justo e portanto admitindo que isso possa ser alvo de discussão futura, não deixamos cair a proposta do ponto de vista do princípio, podemos discutir a quantificação futuramente.



Em relação à nossa proposta do investimento, dar só nota ao Deputado Courinha Leitão que eu confesso que fico surpreendido quando o Partido Socialista fala na questão do investimento, quando é mais do que reconhecido por todas as entidades independentes que o investimento em Portugal, não só o investimento geral, mas aquilo que é a parte fina que é a formação muda do capital fixo tem aumentado. Ou seja, se calhar há também aí sinais positivos que importa não subtrair. Mas aquilo que é verdade é que nós entendemos que no Concelho de Almada não tem sido criado a massa crítica do ponto de vista empresarial e a capacidade de atrair o investimento necessário para que se crie mais emprego, para que com isso se reproduza mais riqueza, porque essa riqueza não é um efeito estatístico ou numérico, essa riqueza tem efeito na vida das pessoas, seja de quem tem mais emprego, seja da riqueza que sendo criada pelas empresas pode ser reproduzida até no orçamento camarário na capacidade que a Câmara pode ter a investir mais no nosso território. E por isso quisemos sistematizar nesta proposta não só o princípio, uma estratégia mais pró-ativa, mas também a criação do Guia do Investidor que na nossa opinião continua a fazer falta naquilo que é a estratégia de captação e atração de investimento para o nosso Concelho.

Em relação às outras Moções, procurar ser telegráfico.

O documento número um apresentado pela CDU em relação à NATO. São razões que nós percebemos mais ideológicas do que lógicas, mas iremos votar contra.

O documento quatro, dos refugiados, apesar de também não acompanharmos alguns dos considerandos, entendemos que é uma questão civilizacional que é importante que a União Europeia seja mais diligente, tenha uma visão estratégica e de solidariedade mais assertiva e daí uma resposta tão urgente quanto possível a um drama que não fomos nós que criámos, mas podemos ser parte da solução, e portanto iremos votar favoravelmente.

Iremos votar também favoravelmente a proposta do Partido Socialista sobre o Prémio Nelson Mandela ao ex-Presidente da República Jorge Sampaio.

Em relação ao documento nove, da Estrada Florestal, confesso que apesar da bicada que aqui a CDU procurou dar ao Grupo Municipal do PSD esquecendo-se que nós procurámos tornar claro que a nossa abstenção não tinha a ver com o objetivo da requalificação da Estrada Florestal e da necessidade do Governo realmente também intervir, mas sim as informações que nós não tínhamos em detalhe e daí o nosso sentido de voto, mas entenderam dar esta bicada, enfim como é óbvio não acompanhamos os considerandos, mas acompanhamos agora a parte deliberativa.

Em relação à Arte-Xávega, iremos votar também favoravelmente, é um desígnio, já não é só municipal, também a própria Assembleia da República já deliberou sobre esta matéria.

Em relação ao documento onze, do Partido Socialista também aqui se vê a diferença com que se encara estas Assembleias e o alcance das propostas. Nós podíamos nas nossas, quando as apresentamos, fazer a parte ou tentar fazer aqui o alçapão argumentativo para



introduzir a temática. Entendemos nós que não faz sentido, nós mas é a nossa perspetiva e a nossa maneira de estar, que o ponto dois acabe como acaba, porque eu não sei qual é o conhecimento profundo que o Grupo Municipal do Partido Socialista tem sobre a maior ou menor eficácia do Governo português ou de outros Governos em relação a esta matéria, porque eu confesso que não sei o alcance desta crítica e não acho que seja minimamente equilibrada como é aqui transcrita, agora não deixamos de acompanhar o ponto um e sugerimos que possamos votar ponto por ponto, e no ponto dois não deixamos de saudar as organizações da sociedade civil que já estão também a mobilizar, não podendo apesar de tudo acompanhar este ponto, porque fazer discurso panfletário numa questão que nos devia unir a todos é no mínimo lamentável.

Em relação ao documento doze, do orçamento participativo jovem, iremos votar favoravelmente.

O documento do CDS-PP sobre o Jardim Urbano e o Parque Canino, iremos votar favoravelmente, bem como o documento dezassete, sobre a época balnear.

O documento dezanove, sobre incêndio, associamo-nos também àquilo que foi uma intervenção diligente de todas as entidades envolvidas sem exceção e portanto também iremos votar favoravelmente.

O documento vigésimo primeiro, sobre a Arrábida a Reserva da Biosfera, apesar de também não acompanharmos algumas das considerações que aqui são tecidas, também não queremos inviabilizar a parte deliberativa.

Em relação à Moção sobre as portagens na A33, vamos votar convictamente contra e vamos votar convictamente contra porquê? É porque parece que Almada vive numa outra realidade em relação ao resto do País. Eu não me recordo que aquele traçado tenha sido planeado, pelo menos para além daquilo que já existia na antiga estrada que tinha sido construída e bem pela autarquia, com portagens. E aquilo que eu sei e peço que me corrijam se eu estou enganado, é que o primeiro pórtico aparece depois do traçado do antigo que já existia. Ou seja, existe um princípio de utilizador-pagador para aquilo que foi a nova edificação da A33, e não em relação àquilo que era o perfil e percurso anterior que já existia. E portanto, eu até posso entender que para o Partido Socialista a amnésia das coisas é um princípio de vida, agora aquilo que é verdade é que em todo o País há Concelhos que são atravessados por pórticos criados pelo Partido Socialista e que são pagos. E portanto, aquilo que é verdade nesses Concelhos não pode deixar de ser verdade também em Almada. E portanto nós somos sérios, coerentes e temos que ser aqui como somos em qualquer sítio onde estamos e onde agimos. E portanto, nós somos a favor do princípio utilizador-pagador aqui e no resto do País. Agora, percebemos e essa é também uma questão que eu deixo para reflexão, que a Câmara no momento em que alienou aquele terreno e aquele espaço onde tinha uma via já que era estruturante, nós sabemos, e que em nenhum momento e pelo menos até ao



momento em que estou a transmitir esta reflexão houve qualquer tipo de mudança em relação às características de não pagamento daquela via. Ou seja, em relação àquilo que era o perfil que anteriormente existia contínua a não haver portagem. É em relação a essa matéria que para nós continua a ser um ponto de honra, esperemos que não haja nenhum Governo no futuro que altere esta circunstância e se assim acontecer, mesmo que seja um Governo do PSD cá estaremos para demonstrar o nosso desacordo em relação a uma estrada que já existia, que foi requalificada e melhorada, não há dúvida, mas que naquele perfil que era a anterior continua a não ter portagem hoje em dia. Portanto, iremos votar iminentemente contra, dando apenas uma última achega que eu percebo que os autores podem a todo o momento fazer alterações, mas nesta como noutras Moções houve alterações de muita substância, até política e a forma como foram apresentadas a parte deliberativa no que diz respeito ao ponto um é no mínimo elucidativo em relação àquilo que deve ser um princípio regimental, que é o cumprimento da estabilidade das propostas em relação ao momento da que apresentação. E as alterações foram distribuídas certamente posteriormente, apesar de não pôr em causa o direito que possam ter de fazer algumas alterações, mas houve aqui alterações de muita substância em relação a esta Moção.”

7.5.4 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Algumas notas sobre as Moções que temos hoje em discussão. Sobre o documento doze, do PS e do orçamento participativo jovem, o Bloco de Esquerda naturalmente que acompanhará esta Moção, embora entendamos que terá sido um pouco extemporânea a apresentação neste momento, e pecará talvez por ser pouco ambiciosa. O Bloco de Esquerda defende há muitos anos a introdução de um orçamento participativo nas autarquias, nalgumas já o conseguimos levar a efeito, em Almada ainda não. Continuamos a pugnar por isso, por isso não deixaremos de acompanhar também esta proposta. Em relação ao documento treze relacionado com o investimento do PSD, nós não iremos votar contra, mas também não votaremos favoravelmente. Já aqui foi dito, o momento que atravessamos é um momento de campanha eleitoral em que os Partidos colocam à discussão e à votação as suas propostas. Entendemos que é uma prioridade do PSD a atração de investimento e com isso querer dizer que é investir mais nas pessoas, não. Investir mais nas pessoas é dar-lhes trabalho com direitos, trabalho com salário digno e a quem já está em idade de reforma, pensões e reformas com dignidade também.

O documento catorze, apresentado pelo PSD, também já aqui foi dito e a exemplo do documento doze do orçamento participativo jovem apresentado pelo PS, é a nosso ver também um pouco extemporâneo, para já porque nós não nos revemos neste princípio, nesta discricionariedade que foi entretanto colocada na Lei, a exemplo do que acontece com a devolução do IRS aos municípios. Isto fica por todo o território nacional, uma Câmara pode



devolver o IRS aos cidadãos, a outra não devolve, uma Câmara pode dar os descontos no pagamento do IMI aos seus munícipes, a outra ao lado poderá não o fazer. O que não acontece certamente e isso está no texto do PSD, é que qualquer uma destas medidas contribua para o desenvolvimento do nosso Concelho pelo aumento da sua população, dizer isto é o mesmo que dizer que a partir de agora passaremos a dar um fornecimento anual de chuchas a quem tiver crianças no nosso Concelho. Sabemos perfeitamente que estas medidas não têm influência no crescimento da população. São medidas que ficam bem na lapela, mas que provocam isso sim na população instabilidade, discussões que não aprofundam a justiça do próprio princípio do imposto, etc..

Em relação ao documento da NATO, eu creio que o Sr. Deputado do PS entrou aqui numa contradição principalmente quando diz que em relação à Moção dos refugiados o PS tem uma visão humanista e progressista, é que isto não bate certo com a avaliação globalmente positiva à atuação que é feita da NATO, não é porque sabemos que alguns dos refugiados fogem de guerras começadas precisamente pela NATO.”

7.5.5 - A Sr.ª Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Começo pela Moção do Partido Socialista sobre os refugiados. De facto depois de o Sr. Deputado do Partido Socialista ter dito que votava contra a nossa Moção contra a NATO, percebe-se que no corpo da sua Moção diga que mais do que criticar ou culpar quem alimentou a complexa situação que se vive naqueles países, é preciso ser solidário. Ou seja, o Partido Socialista entende que não é importante responsabilizar, criticar, identificar responsáveis pela situação que se vive no plano internacional e percebe-se agora porque está a favor da NATO e seguramente se está a favor da NATO, está a favor da intervenção da NATO nos países em que está a acontecer. Em Portugal houve quem já tivesse dito que era muito bom os refugiados virem para limpar matas, mas também achamos Srs. Deputados com toda a sinceridade e com toda a frontalidade achamos que não é numa visão economicista para resolver problemas do país que nós devemos ser solidários, acolhedores e defensores de dar condições dignas aos refugiados. Mas como dizia o Sr. Deputado e bem, são questões de fundo, são questões culturais, são questões diferentes entre a CDU e o Partido Socialista, achamos que pôr no mesmo plano de igualdade o Governo, a sociedade civil, isto e aquilo, é diluir responsabilidades e por isso vamo-nos abster nesta Moção.

Sobre as questões dos orçamentos participativos, o orçamento participativo jovem, eu acho que a participação cidadã deve ser independentemente da faixa etária, deve ser para toda a gente, jovens, menos jovens, idosos, porque eu conheço velhotes muito mais jovens que alguns jovens e portanto isto dos jovens tem muito que se lhe diga. Mas eu remeto aos Srs. Deputados a reflexão sobre estas matérias para a carta de princípios de participação dos



cidadãos no Concelho de Almada, isto é muito mais abrangente, Almada tem documentos, tem instrumentos para fundamentar a participação e portanto votamos contra esta Moção.

Relativamente à questão número treze, da Moção do PSD, nós vamos abster-nos, mas vamos abster por razões um bocadinho diferentes daquelas que têm vindo aqui justificadas. É que esta Assembleia há uns tempos aprovou alterações à macroestrutura da Câmara em que se criou um Gabinete, um Departamento para exatamente começar a estudar e a criar condições para se estimular e para se ajudar, aliás está no site da Assembleia uma resposta a um requerimento do Sr. Deputado do CDS que diz exatamente que no âmbito da atuação do Gabinete de apoio à criação de emprego e captação de investimento, desenvolve-se no apoio à iniciativa e atividades empreendedoras acompanhando o promotor desde a ideia de negócio à construção da empresa e depois disponibilizam uma quantidade de coisas. Ou seja, o que o PSD vem recorrentemente colocando, ignorando os passos que esta autarquia, que este município já deu no sentido de efetivamente captar o investimento, ignora e portanto como é verdade o que nós estamos a fazer, não vamos dizer que é mentira e portanto vamos abster exatamente porque a Câmara Municipal está a trabalhar nesse aspeto.

Agora a questão da redução do IMI, que é a Moção número catorze. Sr. Deputado Nuno Matias, pode retirar os valores, mas querer que esta Assembleia assuma compromissos e princípios, sem se saber o que é que pode ser, independentemente dos valores que queira colocar, parece-nos precipitado. O compromisso desta Câmara que nós aprovámos foi baixar o IMI na medida dos possíveis para todos os municípios, acrescentou-se nas várias informações que temos da Câmara com todos os grupos municipais, que está a ser estudado, que está a ser tudo equacionado para saber o que é que pode acontecer. Mas não resisto a ler aqui uma declaração de um Presidente da Câmara da Maia, o Sr. Bragança Fernandes, eleito pelos votos do PSD e CDS, que diz o seguinte: “o Estado não devia meter-se na gestão das receitas municipais.” Bom, de facto isto diz um Sr. do PSD e do CDS, não diz a CDU, a CDU diz outras coisas. Diz isto e mais, e portanto achamos que se os Srs. não retiram votaremos contra esta Moção.

Já agora esta questão das portagens. O Sr. Deputado está esquecido que a primeira coisa que fez quando a Baixo Tejo ganhou a concessão para a construção desta estrada, até contestámos as três vias, como sabe, contestámos logo a introdução de portagens e de pórticos. Deve haver aí alguma confusão que eu só por falta de tempo não vou aprofundar. Sobre as Moções do CDS. Sr. Deputado nós estamos de acordo e vamos votar a favor as suas Moções, mas já agora quero-lhe dizer que quando o Sr. diz que o parque canino, isto é tudo muito importante mas o que é preciso é que seja incrementada a fiscalização. O Sr. faz parte de um Governo que proibiu as Câmaras de contratar pessoal, e portanto fiscalização sem fiscais eu não sei como é que isto se faz, a não ser que a Câmara possa contratar mais gente. E também aqui já foi referido, esta coisa da época balnear é Caparica 2016, está



muito adiantado e eu acho que a gente está a aproximar-se é do outono não é do verão. Parece-me que, apesar de tudo percebendo a sua ideia, mas às vezes faz falta trabalhar nas Moções um bocadinho com mais atenção. Mas está bem a gente tem de facto o compromisso de estudar bem o verão de 2016.”

7.5.6 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Intervenho apenas para uma precisão, não vou debater questões de opinião que foram apresentadas, portanto essa matéria acho que não é construtivo neste momento fazê-lo, mas relativamente a uma das Moções que apresentámos sobre o orçamento participativo jovem, dizer que acompanhamos a perspetiva do Bloco de Esquerda no que diz respeito à importância da institucionalização do orçamento participativo em Almada, é uma área de convergência que obviamente esperamos que continue a produzir frutos no futuro e esta Moção não invalida esse outro projeto que é do orçamento participativo. É apenas uma maneira de chamar atenção para a necessidade de intervir, no sentido de reforçar estratégias que permitam também criar condições para que haja uma maior participação dos jovens na vida cívica, nomeadamente na esfera municipal e portanto não é alternativa, é complementar, é digamos uma resposta a um segmento da nossa população que tem características específicas que a nosso ver justificam este mecanismo, mas sem pôr em causa obviamente o orçamento participativo que é um instrumento fundamental no nosso ponto de vista, e aí convergimos com o Bloco, fundamental no sentido de aprofundar a participação dos cidadãos e de introduzir novas dimensões de democracia na nossa sociedade.”

7.5.7 - A Sr.ª Deputada Municipal Alexandra Correia (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Venho deixar a nossa posição relativamente às propostas apresentadas. No que diz respeito à proposta número dez, sobre a Arte-Xávega, numa Sessão passada quando se votou a inscrição da pesca com Arte-Xávega para inventário nacional de património cultural, se não me falha a memória o PAN votou favoravelmente. Entretanto após uma pesquisa de estudos sobre este tipo de pesca artesanal eu percebi que quando votei a proposta não estava na posse de todas as informações relativas à prática deste tipo de pesca. Há umas décadas atrás, quando a pesca não estava em risco não se estudava uma séria de coisas porque não havia necessidade. No entanto, e com o esgotamento dos recursos, alguns estudos foram feitos e está realmente documentado este tipo de pesca por arrasto causa sérios danos no fundo do mar, fauna e na flora. Os seus ecossistemas como é o exemplo das maternidades que são arrasadas impedindo a reprodução do peixe. Há uma altura no tempo em que temos que aceitar os factos e concluir que o que estamos a fazer, tradição ou não prejudica a natureza agora e a nossa vida futura. Não somos contra a pesca sustentável e sabemos que centenas de famílias dependem da pesca para sua sobrevivência, assim é necessário



reconverter a atividade da pesca com menor dano, minimizando o impacto na natureza e por esta razão não vamos acompanhar a proposta.

No que diz respeito à proposta número catorze, do PSD sobre o IMI. Sendo o IMI a componente mais relevante dos municípios e como tal indispensável ao seu funcionamento e financiamento de atividades de utilidade social, incide sobre o valor patrimonial dos imóveis é liquidado pelos proprietários, como tal grande parte das famílias desfavorecidas não seriam beneficiadas por não serem proprietárias ou por terem imóveis com valores patrimoniais reduzidos que estão isentos de tributação. Assim, a medida proposta é demagógica e vai favorecer sobretudo os proprietários dos imóveis com elevado valor patrimonial reduzindo simultaneamente uma receita que os municípios podem usar em realizações de utilidade social. Em última análise esta medida prejudica objetivamente as famílias mais carenciadas, pois não são proprietárias e necessitam do apoio das autarquias cuja receita relevante para o poder prestar é precisamente o IMI. Tendo em consideração estes factos iremos também votar contra.

Quanto à Moção número treze do PSD, iremos abster-nos e as restantes votaremos favoravelmente.”

7.5.8 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais:

Em relação às questões relacionadas com a situação dos refugiados dizer-vos que temos estado alinhados com as posições que têm vindo a ser assumidas na Associação Nacional dos Municípios Portugueses e também no Conselho Metropolitano de Lisboa sobre esta matéria. É naturalmente uma posição solidária, mas também uma posição em que se procuram conhecer quais são os contornos. Temos toda consciência de que temos connosco e a viver connosco designadamente nas áreas metropolitanas e isso tem sido referido por vários Presidentes de Câmara e também por mim próprio que também carecem de apoios sociais, não queremos confundir as coisas, mas naturalmente percebemos que até no plano europeu esta matéria não é uma matéria tão simples e eventualmente tão unânime como aquela que aqui aparece e talvez não tenha sido por acaso que tenha sido das poucas matérias se não a primeira que até ao momento foi votada por maioria a distribuição dos refugiados pelos países. Normalmente as decisões na União Europeia têm sido tomadas por consenso e neste caso houve uma votação e a decisão da distribuição dos refugiados foi tomada por maioria de votos dos vários países. Isto para dizer que esta predisposição solidária não nos deve naturalmente demitir da nossa responsabilidade, antes pelo contrário, queremos manter-nos e estar à altura dos desafios que nos são colocados.

Depois, em relação à requalificação da Estrada Florestal da Costa da Caparica tem havido novos desenvolvimentos no plano dos contactos, mas infelizmente não houve desenvolvimentos no plano da concretização da obra. Levantaram-se ultimamente questões relacionadas com o



eventual financiamento e a disponibilidade de meios para o financiamento por parte da CostaPolis, nós já dissemos que se não houvesse capacidade de investimento por parte da CostaPolis nós assumiríamos, a Câmara, a diferença desde que nos garantam depois possamos vir a ser reembolsados feitas as contas finais. Mais disponibilidade do que isto é difícil, temos substituído o Governo em imensas matérias mas não podemos ir além daquilo que é sensato. Agora todos compreendemos a importância desta obra e naturalmente lamentamos que tendo até havido um compromisso de um membro do Governo ela não se tenha concretizado no plano do mandato do Governo, embora ele se tenha prolongado alguns meses para além daquilo que era espectável.

Em relação à Moção sobre a Arte-Xávega. Dizemos que é com imenso agrado que vemos o desenvolvimento do reconhecimento desta atividade, naturalmente acautelando as preocupações que também o PAN aqui hoje nos lembrou, mas também tendo em conta que os estudos em relação a essa matéria não têm sido unânimes. É preciso também dizer isso e os centros universitários de investigação que estão a tratar disto não concluíram ainda aquilo que parecia ser à partida um dado adquirido em relação aos riscos para as jovens espécies em resultado da Arte-Xávega.

Orçamento participativo jovem. Há um conjunto importante de atividades que são desenvolvidas no contexto do uso das verbas orçamentadas que se inserem dentro de um espírito de participação. Não podemos dizer que não há participação dos munícipes de Almada na aplicação do orçamento. Nós podemos pedir meças com muitos municípios do país por exemplo em relação ao volume de verbas que são atribuídas ao movimento associativo e às instituições particulares de solidariedade social e que resultam de propostas feitas pelo movimento associativo e pelas instituições. Não são investimentos dirigidos para isto, por exemplo, nós temos aqui dinheiro para vocês aplicarem neste projeto ou naquele projeto ou naquela linha de orientação, não! São as instituições que fazem as propostas, dizem, nós queremos desenvolver este programa na área do desporto, ou na área cultural, ou na área do apoio solidário ou em qualquer outro e depois em função disso tem sido de uma forma geral atribuída essa verba. Naturalmente também existem programas próprios da Câmara, mas isso é outra coisa. O AlmaSénior, as Escolinhas do Desporto, enfim, existem outros que são programas da Câmara e que resultam de financiamentos e apoios por adesão a programas da Câmara. Mas muita outra, parte significativa das verbas resultam das propostas que as próprias instituições fazem para atividades que elas desejam fazer no seu âmbito. E simultaneamente saudamos. Ainda há pouco no início desta reunião saudámos a criação da Comissão de Moradores da CHUT Banática é justamente um dos aspetos que está em consideração é a possibilidade de apoio para a concretização de um conjunto de projetos que se propõem desenvolver. E isto acontece em outras várias áreas da nossa atividade. Portanto haja capacidade de concretizar e proposta para concretizar e nós naturalmente não nos



alhearemos daquilo que nos seja proposto, designadamente no que diz respeito também às iniciativas que da parte de jovens e da parte da juventude possa vir a haver.

Atrair investimento. Sobre esta matéria já se disse o essencial, não só por via daquela alteração da macroestrutura que já foi referida pela Sr.^a Deputada Luísa Ramos, mas nós temos feito um esforço significativo neste sentido. Talvez não seja por acaso que um primeiro estudo feito no âmbito da mobilidade, do Plano da Mobilidade Urbana de Almada, o estudo é estudo prévio, foram apresentados agora os primeiros resultados no âmbito da semana da mobilidade, somos um dos Concelhos da região metropolitana em que o emprego local é maior. Ou seja, nós não estamos atrás dos outros, nós estamos à frente naquilo que diz respeito a criar emprego no próprio Concelho. Nós somos um pólo de atração inclusivamente de outros para trabalharem em Almada. Naturalmente não nos estamos a comparar com a gigante Lisboa, não é disso que se trata. Mas no contexto da área metropolitana não estaremos nas piores condições, pelo contrário. Isto não quer dizer que não haja muito para fazer, não confundamos uma coisa com a outra, mas não poderia deixar de registar este aspeto, porque pode parecer que estamos parados, que não se faz nada e isso não é verdade. E há investimento importante, ainda hoje a informação que tínhamos, a Sr.^a Vereadora poderá confirmar, no âmbito da reabilitação urbana e das ARU's também isso pode ser considerado, é possível que a mobilização de investimento possa ultrapassar os sete milhões de euros, tudo aponta para aí, e eventualmente até ultrapassar os sete milhões de euros. Vamos ver, se tudo correr bem. Mas há um trabalho que está a ser feito e que isso também é investimento, isso também é criação de postos de trabalho.

Depois em relação às questões relacionadas com o IMI e a proposta que veio, acho que o essencial foi já dito sobre essa matéria, pensamos que nós vamos ter a oportunidade para discutir este assunto com todos os elementos. O Ministério das Finanças, tal como estava previsto fez o fornecimento de elementos que é necessário estudar e que é necessário fornecer, tal como foi dito, foi ontem distribuído um primeiro quadro da receita nos últimos dez anos a todos os Partidos e a todos os Srs. Vereadores para que possam estudar qual tem sido a evolução da receita nas suas várias rubricas, porque isto tem que ser visto no seu conjunto. Se nós começamos a fazer as coisas parceladamente depois às tantas quando formos fazer a soma ou está lá demais ou não está lá aquilo que é necessário. E precisamos de ver as coisas no seu conjunto. Esse é um elemento que já foi fornecido, só porque não foi ainda possível fazer com mais rigor a aplicação dos dados fornecidos e conhecer o impacto é que não foi feito esse estudo de impacto, porque a Câmara fornecerá a todos os Partidos e todos os Srs. Vereadores esses elementos que o Ministério das Finanças nos fez chegar, naturalmente com a nossa avaliação do impacto também pela sua aplicação. Mas a variação que temos nas primeiras contas que se fez não permite estar a distribuir com consciência esses elementos aos Srs. Deputados que pode ser distribuído mais à frente e vamos com



certeza discutir com os elementos na mão e com outra consciência. Nós temos que ser sérios em todas as circunstâncias. Nós não podemos ter um discurso para o País como base na seriedade, no rigor, na atenção e depois na primeira oportunidade descambamos. E há bocadinho aqui o jovem Deputado falava da seriedade das políticas e depois na primeira oportunidade lá damos um pontapé na pedra e perdemos de facto a face, porque temos um discurso num sítio e temos um discurso noutra sítio.

Em relação ao parque canino, estamos a trabalhar em conjunto em relação a esta matéria. Abertura da época balnear, além daquilo que aqui está também é preciso ouvir os concessionários, porque há custos associados a aumentar o período da época balnear ou encurtá-la tem impactos na atividade económica, mas também nos custos para os vários agentes. É necessário ver, mas de qualquer maneira o que havia a dizer sobre isto já está dito.

Saudar naturalmente e bem, e acompanhamos a ação dos corpos dos Bombeiros durante o incêndio na Quinta do Texugo, é sempre uma situação lamentável. Mas, quero transmitir à Assembleia, aos munícipes que estão aqui a assistir, podemos estar certos, temos uma ótima equipa nesta área, muito mobilizada, grande profissionalismo, grande competência e portanto foi também graças a essa capacidade que foi possível dominar aquilo que em determinada altura podia ter evoluído de uma forma má. É preciso também dizer que não é bom falarmos destas coisas, mas é bom termos consciência que naquela semana houve cinco ignições no mesmo local, é muita coisa para ser por acaso, não é? Não sabemos quem é, esse assunto está entregue a quem tem que estar, mas importa saber.

Portagens na A33. Além de tudo o mais, nós estamos numa zona urbana, é preciso referir, e a questão da zona urbana e a mobilidade numa zona urbana metropolitana para além de tudo o resto, eu não quero entrar em tudo o resto só quero procurar pontos em torno dos quais nós nos possamos entender, mas de facto é muito difícil compreender aquilo que se passa em relação a esta área, isto é uma limitação efetiva à mobilidade, aliás conhecem também a nossa posição em relação às portagens na ponte pelas razões que todos conhecemos, mas que neste caso concreto também deve ser tido em conta, agora se o pátio está cem metros mais à frente ou cem metros mais atrás, naturalmente que isso pesa pouco quando estamos a falar na circulação numa área com estas características.

Arrábida a Reserva da Biosfera. Sublinhar a importância desta Moção que em boa hora chegou e que nos chama atenção para aquilo que é um enorme património que temos na nossa região e que há que salvaguardar em todas as circunstâncias.”

7.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

7.6.1 - A Moção/Deliberação “Paz Sim! Nato Não! Não à realização dos exercícios militares da Nato”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por maioria com



vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE e do PAN) e dezassete votos contra (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do CDS-PP e Ind.).

7.6.2 - A Moção/Deliberação “Situação dos refugiados e Imigrantes na Europa”, apresentada pelos Grupos Municipais CDU, BE, PAN e Independente, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).

7.6.3 - A Moção/Deliberação “Nações Unidas distinguem Jorge Sampaio com Prémio Nelson Mandela”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Leitão, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).

7.6.4 - A Moção/Deliberação “Requalificação da Estrada Florestal, Costa da Caparica”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldes, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).

7.6.5 - A Moção/Deliberação “Arte-Xávega na Costa da Caparica”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldes, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP e Ind.) e um voto contra (de eleita do PAN).

7.6.6 - A Moção/Deliberação “É preciso organizar a generosidade e torna-la eficaz - Acolhimento de refugiados emigrantes em Portugal”, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado, foi aprovada por pontos:

7.6.6.1 - Até ao ponto 1.4 foi aprovado por maioria com vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e dezoito abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes



das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó).

7.6.6.2 - O Ponto 2 foi aprovado por maioria com catorze votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.), seis votos contra (de eleitos do PSD e CDS-PP) e dezoito abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó).

7.6.7 - A Moção/Deliberação “Orçamento Participativo Jovem”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Filipe Pacheco, foi aprovada por maioria com vinte votos a favor (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do CDS-PP, do PAN e Ind.) e dezoito votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó).

7.6.8 - A Moção/Deliberação “Atrair investimento é investir mais nas pessoas”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi aprovada por maioria com seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP) e vinte e duas abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.).

7.6.9 - A Moção/Deliberação “IMI - Mais apoio às famílias”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, foi rejeitada por maioria com vinte e dois votos contra (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos a favor (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.6.10 - A Moção/Deliberação “Parque canino no jardim urbano da Costa da Caparica”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por unanimidade.

7.6.11 - A Moção/Recomendação “Abertura da Época Balnear 2016”, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, foi aprovada por maioria com trinta e seis votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, do PSD, do BE e do CDS-PP) e duas abstenções (de eleito do PS - Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e Ind.).

7.6.11.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Recomendação sobre abertura da Época Balnear 2016



Durante os meses de verão assiste-se a uma maior afluência de turistas e visitantes à procura de sol e praia para aproveitar as excelentes condições climatéricas que o país tem como dádiva da Natureza.

A região de Lisboa é das mais concorridas assim que começam as temperaturas a subir proporcionando bons dias de lazer a quem nos visita.

Almada, com as características e a paisagem natural por todos reconhecida não é exceção sendo um dos destinos mais considerados de quem quer aproveitar o bom tempo junto à beira-mar e em família.

Desta forma, quem o faz, além de sol e mar, espera que quem os receba possa proporcionar as melhores condições não só ao nível de acessos, oferta gastronómica, cultural e hoteleira, mas também em termos de segurança quer na salvaguarda dos seus haveres quer na salvaguarda da sua integridade física.

Do ponto de vista da autarquia e tendo sempre como objetivo colocar ao dispor dos agentes intervenientes as melhores condições para que se possa atrair mais visitantes e proporcionar-lhes uma boa estadia, deve atempadamente criar um plano que vá de encontro às necessidades de todos aqueles que escolhem o concelho como destino turístico ou para os momentos de lazer.

Ainda no que toca à autarquia, deve a mesma providenciar os recursos que dispõe para que aproveitando esse fluxo de visitantes, possa promover o concelho, dar oportunidade ao desenvolvimento do comércio e atividades direta e indiretamente ligadas com a época estival e proporcionar a oportunidade da criação de postos de trabalho que a mesma época sempre coloca ao dispor.

Assim, à semelhança do que ocorre noutros outros pontos do país nomeadamente na região de Lisboa, onde a atividade estival tem uma grande dinâmica quando as boas condições climatéricas assim permitem, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária nos dias 24 e 25 de setembro, vem desta forma, Recomendar à câmara municipal que providencie os mecanismos previstos na lei para que a abertura da época balnear 2016 no concelho de Almada possa ocorrer nas melhores condições e a na maior segurança junto daqueles que nos visitam na época de calor.”

7.6.12 - A Moção/Deliberação “Incêndio na Quinta do Texugo”, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho, foi aprovada por unanimidade.

7.6.12.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação sobre Incêndio na Quinta do Texugo

No passado dia 2 de setembro eclodiu na zona da Quinta do Texugo/Foz do Rego, na Charneca de Caparica, um incêndio florestal que chegou a ameaçar uma área verde sensível e de grande valor patrimonial do nosso Concelho.



Declarado o sinistro, foram de imediato mobilizados os meios adequados para um combate eficaz às chamas, e iniciaram-se as operações no terreno.

Nesta ação foram envolvidos 180 meios humanos e 61 viaturas, destacando-se pelo papel decisivo que assumiram, 138 bombeiros, homens e mulheres de 12 Associações de Bombeiros de diferentes concelhos - Almada, Seixal, Barreiro, Sesimbra, Palmela, Moita e Montijo -, que em poucas horas conseguiram primeiro conter a progressão do sinistro, evitando a sua propagação a áreas protegidas e zonas residenciais e os danos associados que seriam seguramente avultados, e depois a circunscrição e extinção do incêndio num período de tempo muito curto.

A intervenção dos operacionais envolvidos, cujo comando operacional no terreno esteve a cargo da Proteção Civil Municipal de Almada e do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Cacilhas, Miguel Silva, permitiu que a área ardida se circunscrevesse a pouco mais 23 hectares de mato e pinhal, e que não se registassem acidentes pessoais entre a população e os bombeiros, registando-se apenas um ferido ligeiro entre estes últimos.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

1. Saudar vivamente todos os homens e mulheres envolvidos nesta operação de socorro, todas as corporações de Bombeiros envolvidas, registando a ação dos Bombeiros de Almada, Cacilhas e Trafaria, Serviços Municipal de Proteção Civil, Centro Distrital de Operações de Socorro de Setúbal e por seu intermédio o Serviço Nacional de Proteção Civil, Serviços da Câmara Municipal de Almada, Guarda Nacional Republicana e Serviços do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, pelo elevado desempenho revelado nesta operação de socorro.
2. Relevar publicamente o excelente trabalho desenvolvido no terreno, resultado do empenho colocado nas operações socorro, e o extraordinário nível de comando e coordenação revelado por todos os meios humanos envolvidos, realidade que permitiu confinar o acidente a uma área limitada, evitar danos e prejuízos avultados e salvaguardar um riquíssimo património que a todos pertence.”

7.6.13 - A Moção/Deliberação “Portagens na A-33”, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis votos contra (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

7.6.13.1 - Sendo o seguinte o texto aprovado:

Moção/Deliberação sobre Portagens na A-33

A Freguesia de Charneca de Caparica, agora pertencente à União de Freguesias de Charneca



de Caparica e Sobreda, tem assistido nos últimos anos a um crescimento populacional acentuado o que transformou um território predominantemente rural numa freguesia urbana constituída quer por vários aglomerados populacionais quer por núcleos empresariais de relevo no concelho de Almada e na Península de Setúbal. Assume ainda particular importância a sua localização costeira o que faz desta freguesia um destino turístico e de veraneio relevante.

Deste modo, a mobilidade urbana tem sido referenciada como assunto central no ordenamento do território principalmente quando considerada a resultante da combinação de vários fatores como os transportes públicos, a rede viária, a implementação de infraestruturas básicas de saneamento, etc.

Neste contexto, a construção da agora A-33, que resultou de uma sistemática e persistente reivindicação do Poder Local e das populações, via estruturante incluída na rede viária nacional, viria supostamente contribuir para diminuir o tráfego no interior da Charneca de Caparica, melhorando a qualidade ambiental e a qualidade de vida das populações locais, mas também beneficiar a economia permitindo às micro, pequenas e médias da nossa região uma maior acessibilidade.

No entanto, e sem anúncio prévio ou pedido de parecer às autarquias locais, o governo impôs o pagamento de portagens, penalizando os custos com a mobilidade e aumentando a intensidade do tráfego rodoviário local. Esta situação vem ainda criar uma situação de desigualdade na acessibilidade a quem reside na Freguesia de Charneca de Caparica, tendo em conta o primeiro pórtico de portagens na A33, “Nó da Queimada”. A população residente a sul, caso de utilize este acesso, tem de realizar um pagamento de 0.65€ para se deslocar para as localidades de Marisol, Aroeira ou Fonte da Telha, penalizando claramente as populações, agravada ainda pelo facto de causar congestionamento de tráfego no centro da Charneca de Caparica, nomeadamente na antiga Estrada Nacional 377.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 24 e 25 de setembro de 2015, delibera:

- a) Reclamar do governo a reconsideração do pagamento de Portagens na A33 e exigir o imediato cancelamento do pórtico de portagens colocado no interior da Freguesia da Charneca de Caparica entre as Casas Velhas e a Quinta da Queimada.
- b) Solidarizar-se com as lutas das populações contra o pagamento de portagens.”

7.6.14 - A Moção/Deliberação “Arrábida a Reserva da Biosfera”, apresentada pela Sr.^a Deputada Municipal Sónia Silva, foi aprovada por unanimidade.

8 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

8.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal, (**Conforme Anexo XVI**).

8.1.1 - Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara para apresentação do documento.

8.1.1.1 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal:



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O documento foi-vos distribuído em tempo para que pudessem apreciar e colocar as questões que bem entendam, só sublinhar aqui alguns aspetos ocorridos neste período de três meses que foi maio, junho e julho de 2015. Um primeiro a realização do Congresso Almada e sobre o qual nós já nos debruçámos noutra ocasião, mas não podia deixar de sublinhar como tem sido alcançados os seus objetivos, portanto estando para breve prevista uma reunião para apresentação a todos os Srs. eleitos da Assembleia Municipal, das Assembleias de Freguesias, Juntas de Freguesia e Câmara dos documentos que foram elaborados no âmbito do Congresso. Também neste período concluiu-se o processo de recuperação e restauração ecológica do sistema dunar de S. João da Caparica, projeto ReDuna, uma iniciativa também da maior importância para a recuperação daquela área do nosso território. Nas áreas de reabilitação urbana já há pouco tive ocasião de me referir aos progressos que se tem vindo a verificar e portanto também neste período se consolidaram. A realização do Festival Sol da Caparica também novamente, meados do mês de agosto em que os seus objetivos foram plenamente atingidos tanto no seu impacto na comunicação social como pela qualidade do Festival e pela qual nós continuamos a apostar como instrumento de promoção turística e promoção da Costa da Caparica.

Portanto nas áreas do ambiente a realização do Fórum 21 da Criança e a Semana Verde no final de maio que são iniciativas a sublinhar, sobre eles também já nos referimos com alguns apontamentos críticos em relação a algumas destas iniciativas que naturalmente procuraremos no próximo ano ter em devida conta. Importante sublinhar que finalmente estamos em condições de lançar a ligação pedonal e ciclável do Parque Urbano do Pragal ao Parque da Paz, a obra já está em curso, foi difícil por causa do licenciamento das várias entidades e também os problemas com as empresas que inicialmente tinham ganho o concurso, mas esse processo está finalmente lançado.

Não posso deixar de referir o peso que tem na atividade e aqui é peso mesmo que se refere à recolha de resíduos, resíduos sólidos urbanos durante este período é evidente, também com as questões relacionadas com a limpeza das praias da Costa da Caparica, mas quase vinte e cinco mil toneladas recolhidas nestes três meses. Também em relação a resíduos para reciclagem da AMARSUL mil e seiscentas toneladas e para aparas de jardim duas mil e novecentas toneladas recolhidas, corresponde a um esforço grande, naturalmente todos estamos empenhados, não só na sua concretização mas também na melhoria do trabalho nesta área que é uma aposta nossa.

Em relação ao projeto de recuperação funcional da Bacia da Foz do Rego fez-se uma obra de reparação e o projeto que envolve a criação das hortas do Texugo está lançado.

No que diz respeito à repavimentação, à aquisição de um novo equipamento tem revelado um enorme potencial nesta atividade tapa-buracos, está neste momento a resolver um conjunto



vasto de problemas. Iremos com certeza ainda reforçar esta área no sentido de aumentarmos a nossa capacidade de resolver este problema que tanto incomoda os nossos munícipes. Está praticamente concluído o projeto relacionado com o circuito da saúde. É um circuito inspirado no modelo do Flexibus, mas que permitirá ligar os vários serviços de saúde tornando-os mais acessíveis aos nossos munícipes e que muito em breve será apresentado. Concluimos já pela localização prevista para a nova escola básica do 1º ciclo jardim de infância da Charneca de Caparica. Este processo está em curso e este ano já podemos contar nesta área de educação com cinco novas salas de educação pré-escolar nas escolas já existentes. O processo de substituição e eliminação das estruturas de fibrocimento tem vindo a correr, aproxima-se a sua conclusão mas ainda há algum trabalho para fazer nesta área. Já foi dito noutra ocasião que não foi identificado pelo Instituto Ricardo Jorge riscos para a saúde humana, mas nós mantemos esse propósito. Não conseguimos ir tão longe na redução e na eliminação de salas em regime duplo quanto desejávamos, uma situação que foi criada no Agrupamento de Carlos Gargaté, mas que continuamos em contato com o Ministério da Educação para que seja possível minorar essa situação, se possível ainda proximamente e ainda neste ano letivo, mesmo que para isso tenhamos que mobilizar alguns recursos da Câmara nesse sentido. Depois todos os estabelecimentos de educação do pré-escolar e do ensino básico da nossa responsabilidade ficaram dotados de redes e de uma grelha de equipamentos informáticos para que todas as crianças possam aceder ao uso do computador, esse trabalho está praticamente concluído.

Lançámos os programas de ocupação de crianças e jovens durante o período de interrupção letiva, pela primeira vez a edição do programa municipal Almada 6-12 Férias de Verão. O balanço é positivo e a ideia é continuar e podermos alarga-lo futuramente. A Pasta Escolar também nos ocupa na preparação do projeto durante este período, foi o período da realização do Teatro de Almada e do Festival Sementes que provavelmente todos os Srs. Deputados têm consciência e conhecimento também do seu sucesso, para além de todo um conjunto de programas que não vos vou maçar e repetir é que é com certeza do vosso conhecimento.

Pela sua particular sensibilidade, dizer-vos que o plano de emergência social de apoio às famílias em situação de emergência que desenvolvemos com um vasto conjunto de instituições particulares de solidariedade social se traduziu nestes últimos três meses num apoio a duzentos e cinquenta e nove agregados familiares envolvendo uma nova verba de cerca de noventa e oito mil euros. Na maior parte dos casos traduziram-se em apoios à satisfação de compromissos com despesas relacionadas com rendas de casa e outras ligadas à habitação. Concluiu-se neste período o preenchimento dos cargos de direção superior de primeiro grau, os concursos para diretores municipais que entretanto tomaram posse e estão a decorrer os concursos para direção intermédia de primeiro grau, direções de departamento e também de algumas chefias de divisão. E relação a estes aspetos mais salientes era o que



gostava de vos referir, naturalmente que da vossa leitura haverá outras matérias pelas quais quererão fazer referência ou quererão fazer reparo e portanto estamos à vossa disposição.”

8.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias, Carlos Guedes, Maria D’Assis, Pedro Matias, Pedro Oliveira, Maria Odete Alexandre.

8.2.1 - O Sr. Deputados Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós temos algumas questões, não são novas, mas importaria retomá-las. Uma delas tem a ver com a informação qualitativa que estes documentos prestam e podem ajudar a perceção do porquê das opções, os custos associados, a evolução nalguns casos desses mesmos custos por comparação com exercícios anteriores e o primeiro reparo que deixaria em jeito de sugestão e proposta, é que futuramente estes relatórios da informação da atividade municipal possam também conter dados sobre aquilo que são os ajustes diretos que a autarquia faz. E porque é que digo isto? Isto como é óbvio é público e nós podemos ir pesquisar, não é isso que está em questão, mas até por isso pode ser um processo de facilitar a leitura qualitativa no documento e eu explico porquê. Por exemplo, na página setenta e três deste relatório aparece que a Câmara fez a celebração do contrato de aquisição em relação aos sistemas de iluminação para as festas da Cidade, mas depois naquilo que é o mapa de execução orçamental ou da atividade municipal não é possível fazer a desagregação de exercício do lado da despesa que permita perceber quanto é que custou esta enformação. Era útil que essa informação pudesse acompanhar o próprio relatório. Isso mesmo é depois também visível na página setenta e cinco onde aparece um elencar de um conjunto vasto de artistas que certamente no decurso do “Sol da Caparica” foram contratados esses serviços. Mas que, lá está, depois também não aparece desagregado naquilo que é o mapa do lado da despesa. Isto depois também tem a ver com o festival em si que o Sr. Presidente falou e bem que é também uma aposta que nós acompanhamos como um sinal positivo de divulgação do nosso Concelho e da Costa da Caparica também em particular. Mas estamos a falar de uma verba que no caso aparece aqui do ponto de vista global na ordem de um milhão e vinte e nove mil euros. Eu confesso que não tenho presente por comparação com o ano anterior, mas parece-nos que houve um acréscimo de alguma monta em relação ao orçamento do ano anterior. Pode ter justificação, não é isso que está aqui em questão, agora o que é que sugeríamos, uma vez que o próximo relatório vai abarcar os meses de agosto também, que pudesse constar a informação do que diz respeito do lado da despesa ao que compreende este milhão e vinte e nove mil euros, mas também do lado da receita porque certamente houve receitas associadas ao evento, para percebermos aquilo que foram ao fim ao cabo os movimentos associados a uma iniciativa que nós registamos como muito positiva, não é isso que está aqui em questão, mas aquilo que deve ser também a informação completa sobre a despesa por um lado mas também a receita por outro, associada a esta evento.



Uma outra questão diz respeito a algo que aparece aqui na página cinco do relatório, que é o levantamento aos estabelecimentos turísticos do Concelho. E a pergunta é, qual é o objetivo? Ou seja, qual é a intervenção que a autarquia pretende no seguimento deste levantamento que nos parece a nós, pode ter interesse do ponto de vista da divulgação, não sei se será esse o objetivo, mas aparece aqui esse levantamento, aqui na linha 1.7.

E termino com algo que já é recorrente, está um pouco associado àquilo que foi também a nossa Moção do investimento e é para registar como positiva a distribuição da informação pelos Deputados Municipais, da informação da atividade do gabinete de apoio à criação de empresas e a captação de investimento o célebre GACECI. E o que é que resultou dessa informação? Foi a constatação objetiva daquilo que era para nós uma evidência empírica e pragmática de quem acompanha o território de Almada. É que o GACECI faz um trabalho muito meritório e positivo naquilo que diz respeito ao fundamento das quatro incubadoras que existem em Almada, estamos a falar de um conjunto alargado de atividades que envolvem apenas duzentos trabalhadores apesar de tudo e portanto aquilo que resultou claro é que o GACECI é um instrumento relevante e importante se lhe for dotada do ponto de vista da filosofia da intervenção uma intervenção mais pró-ativa para angariar, divulgar, procurar difundir aquilo que são as oportunidades de investimento no Concelho de Almada e as vantagens competitivas que nós podemos acrescentar para um potencial investidor. E aquilo que resultou claro nesse relatório, é que não houve uma empresa criada em Almada por intervenção do GAGECI, fora daquilo que são as quatro incubadoras. Como eu tive ocasião de dizer no último Congresso Almada, somando essas quatro incubadoras, nenhuma delas, ou todas no conjunto não conseguem sequer alcançar um dos parques empresariais como um Concelho da Área Metropolitana aqui perto de nós que no caso até tem oito parques que têm à disposição da atividade empresarial económica. E o que é que isto quer dizer? Estamos a perder oportunidades de ter emprego e criar riqueza no Concelho de Almada. O Relatório do GACECI aquilo que demonstra é que há um trabalho junto do pequeno empreendedor, existe, é positivo, mas é uma medida pouco ambiciosa e pouco pró-ativo para um território que tem que ter mas riqueza, tem que ter mais empresas, tem que criar mais emprego, esse emprego e essa riqueza pode, deve e tem que ser investida nas pessoas de Almada, de facto são oportunidades que têm sido perdidas e têm sido oportunidades de desenvolvimento que têm passado ao lado do nosso Concelho.”

8.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas duas notas, e não obstante esta minha intervenção ser depois bastante mais completa pela intervenção do meu camarada e colega de bancada. Duas notas, uma já antiga e que começa já a ser recorrente nestas Assembleias e outra nova. A já antiga é o edifício situado na rua Tenente Valadim, na Cova da Piedade, que continua passados todos estes meses nas



mesmas condições. Eu recorde, é um edifício abandonado, com um portão aberto para a rua que tem no seu interior três poços a céu aberto, cada um com dimensões consideráveis. Na última Assembleia foi-nos dito pela Sr.^a Vereadora Amélia Pardal que estavam esgotados os prazos para que os proprietários fizessem a intervenção e que assim sendo e em articulação com a Proteção Civil a autarquia iria proceder à intervenção coerciva e com caráter de urgência. Não é o que se verifica, porque passados estes meses a situação está na mesma, agravada pelo constante depositar de resíduos domésticos, de monos, os vulgares monos nas imediações o que não impossibilita a entrada, mas dificulta a visão do que se está a passar lá dentro, o que torna a coisa ainda mais perigosa.

A questão nova é para as condições daquilo que eu creio não estou a falhar no nome, o Hipódromo Municipal de Vale Figueira. Eu creio ter ouvido falar numa possível intervenção para breve, queria confirmar se é verdade que está prevista esta intervenção, porque aquilo que chegou ao nosso conhecimento é o constante degradar daquelas instalações municipais, as condições no terreno com piso irregular que torna não só difícil mas também perigosa a prática das modalidades que ali são levadas a cabo, a falta de algumas barras de proteção que colocam em perigo não só as pessoas adultas mas principalmente as crianças, e deficiências ao nível da iluminação e da eletrificação do próprio equipamento municipal.”

8.2.3 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria D'Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu quero, até porque estamos numa zona, estamos nesta Assembleia no Plano Integrado de Almada, e o Partido Socialista não podia deixar de referir um facto que se prende com este território e que é a questão que tem sido recorrente. Não podemos deixar de evidenciar que houve um investimento da Câmara, nomeadamente na criação de alguns equipamentos, que este edifício é paradigmático, no entanto não podemos deixar de também apontar algumas deficiências e que estas se prendem essencialmente com as questões da limpeza urbana. Penso que as limpezas na rua do Moinho melhoraram um bocadinho, o que é certo é que nas traseiras dos prédios e nas ruas não tão centrais continua bastante deficiente.

Relativamente ao mato, aos espaços verdes continua também a ser extremamente deficiente, as zonas de mato durante o mês, nos períodos de verão não houve capinação, houve uma situação de uma zona envolvente no equipamento social aqui na zona e eu acho que este território continua ainda a ser muito pouco cuidado em termos dos seus espaços envolventes. Outro aspeto, penso que este é da competência da Câmara, penso que estamos num território que há necessidade de um maior investimento da Câmara a esses níveis e como eu já disse não deixamos de reconhecer um outro investimento que foi feito, mas tem que ser complementar. Há outro aspeto que eu gostaria de referir até porque já vem na sequência de algumas intervenções que tenho feito aqui em termos da Assembleia Municipal e que portanto obviamente não estou a dizer que é uma competência da Câmara, mas penso que a Câmara



no âmbito da rede social deveria ter em atenção. É que as unidades multideficiência do Concelho, o encerramento das unidades multideficiência no período das interrupções letivas. Levantei a questão do transporte de Almada Solidária, que tenho que reconhecer que houve uma melhoria relativamente a esse aspeto da Câmara sempre que há um problema com o autocarro tentar resolver a situação através do aluguer de carros, mas o que acontece é que as unidades multideficiência do Concelho encerram no período das interrupções letivas e os pais continuam a ser duplamente castigados. Quer dizer têm o problema das crianças e no período das interrupções letivas um dos cuidadores tem que ficar a cuidar ou deixa o filho numa situação bastante precária ou então isso também inviabiliza a situação dos pais que têm que prestar esse cuidado. Eu acho que esse é um aspeto que a Câmara no âmbito da rede e também em articulação com o Ministério da Educação e não percebo isto porque há pessoal que até nem é docente e eu não percebo porque é que as unidades de deficiência no Concelho encerram todas no período das interrupções letivas.”

8.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Grupo Municipal do Partido Socialista gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Presidente da Câmara relativamente a algumas matérias que já são recorrentes esta Assembleia. A primeira questão tem a ver e eu volto a repetir, esta semana houve outro acidente grave entre a avenida do Cristo Rei e a D. Nuno Álvares Pereira, já é a quarta ou quinta vez que nós trazemos isto, inclusive na última Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Assembleia também se pronunciou relativamente a esta matéria. Na segunda-feira houve um acidente grave entre um autocarro da Transul e o MST no mesmo cruzamento. Estamos há dois anos, estamos a meio do mandato, em que isto foi colocado ao município aquela problemática e continuamos sem resolver esta questão. Espero que o Sr. Presidente definitivamente diga para quando é que resolve este problema. A não ser que esteja à espera que haja um acidente grave com mortes e depois vamos ver como é que é a questão da responsabilidade.

Uma outra questão que me parece importante também, tem a ver com as piscinas da Academia Almadense. Na página oitenta e oito, do relatório deste trimestre, o Sr. Presidente da Câmara fala na requalificação do equipamento social, era importante está há quase quatro anos fechados, era importante ter o equipamento ao serviço da população. O município fez um investimento avultado na aquisição da piscina, era muito importante que nos dissesse também definitivamente quando é que os munícipes e os fregueses podem usar aquele equipamento neste momento é do município.

Uma outra questão mais premente sobre a Charneca de Caparica. No documento sobre a mobilidade urbana e acessibilidades, e isto também é uma questão que tem sido colocada há algum tempo à Câmara Municipal e à Junta de Freguesia, na página trinta e oito, em três



meses numa Freguesia que se pode medir os metros de alcatrão, porque os buracos são imensos, a Câmara Municipal requalificou a rua António Luísa Gomes e a travessa António Luís Gomes. Sr. Presidente, é tempo de a Câmara Municipal de Almada olhar para a Freguesia da Charneca de Caparica e resolver um problema latente que tem trinta anos. Temos que parar. O Sr. Presidente tem que ir à Charneca de Caparica, olhar para o estado de degradação do pavimento e resolver o problema. Portanto, temos que parar com isto.

Relativamente ao lixo naquela Freguesia também. Eu percebo que a Junta de Freguesia neste momento é uma mera caixa de ressonância e que não se consegue também provavelmente por dificuldades, porque se calhar são do mesmo Partido, não consegue explicar o que se passa na Freguesia. Era importante que o município sobre a recolha de monos e sobre o lixo também tivesse aqui alguma sensibilidade pela Freguesia que é muito grande, são duas Freguesias neste momento e que o lixo é verdadeiramente inaceitável.

Uma outra questão e que também vem sendo recorrentemente colocada, mas agora acho que está também na hora de resolvermos esta questão, tem a ver com a sinalética. A Charneca de Caparica e a Sobreda são zonas de muitos cruzamentos e entroncamentos. Não há sinalética, nem stop's, não existe, simplesmente não existe. É preciso que o Município resolva este problema e a Junta de Freguesia deve ser mais pró-ativa, é pouco mas deve ser mais pró-ativa.

Agora relativamente ao pórtico da A33. O pórtico da A33 deve ser removido. Deve ser removido, e eu fiquei aqui um pouco intrigado até com a posição do Sr. Deputado Nuno Matias, relativamente à posição do pórtico. O pórtico deve ser removido porque muita gente passa por dentro da Freguesia da Charneca e transita para Vale Milhaços. A Freguesia da Charneca é subcarregada por muitos automóveis que passam na Freguesia, mas que não ficam na Charneca, nem na Sobreda. Transitam para Vale Milhaços que é Seixal. Se o pórtico foi colocado cem metros abaixo temos o problema resolvido, as pessoas entram no cruzamento da Quinta da Queimada e entram no Concelho do Seixal.

Há pouco o Sr. Deputado Nuno Matias falava em investimento e veio aqui com uma proposta de se baixar o IMI. Eu faz-me confusão como é que um Governo faz o maior saque fiscal às empresas e às pessoas dos últimos quarenta anos, o maior saque fiscal, vem aqui propor uma baixa do IMI e vem falar em princípios bons. São princípios bons baixar o IMI no município, mas é um princípio mau ou bom aumentar impostos.

Portanto, vamos ver se a gente se entende com os princípios.”

8.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não nos podemos deixar nesta Assembleia Municipal de referir um aspeto que consideramos importante e que se trata do apoio aos duzentos e cinquenta e nove agregados familiares, num total quase aproximado de cem mil euros. A Câmara Municipal de Almada, não pode



substituir a segurança social. Mas tendo em conta a realidade atual no Concelho, gostaríamos de saber quais são as perspetivas que o executivo tem para um eventual, continuar deste apoio e se está considerado algum reforço neste sentido. A situação que é vivida efetivamente no Concelho leva a que a autarquia não possa estar fora de todo este processo. Nós em anterior Assembleia trouxemos o problema que se relaciona com Murfacém e achamos oportuno de novo voltar a falar sobre Murfacém. Verificou-se no último período uma diminuição acentuada de episódios de rutura da conduta e consequentes suspensões de fornecimento de água aos munícipes aí residentes. Tendo havido aviso prévio dos SMAS aos habitantes aquando da intervenção programada. Apraz registar.

O estado calamitoso do piso da pequena rua central já mereceu a cobertura dos buracos maiores, pensamos que estará certamente prevista a necessidade da repavimentação geral aquando da substituição do próximo ano do ramal de abastecimento de água, tal como está previsto. As casas em ruínas à entrada da localidade já foram rebocadas e pintadas com melhoria ambiental significativa. No entanto existem outros aspetos importantes em Murfacém aos quais devemos dar a devida importância. Realçamos, continua a existir uma ausência de informação sobre a história importante da localidade e os seus principais polos de interesse, é o estado de abandono da Mesquita Árabe que foi reconstruída, são campos abandonados. No caminho municipal que prolonga a rua 25 de Abril, além de tardar a recolha de monos a que se junta cada vez mais lixo, a passagem foi vedada pondo em risco o seu uso e usufruto público de uma via que será decisiva em caso de emergência. Mantem-se em falta de limpeza regular na via pública, pelo que algumas iniciativas de moradores não informados têm levado à utilização de herbicidas químicos para controlo das ervas que ladeiam as ruas. Verificam-se também lacunas na comunicação dos responsáveis municipais com os munícipes e consideramos este aspeto importante. A consulta pessoal e direta de todos e oportunidade de envolvimento dos moradores na resolução dos problemas e na melhoria da vida em comunidade. Neste ponto da ordem de trabalhos, nós gostaríamos de novo de voltar a referir alguns aspetos que consideramos da máxima importância. O estacionamento da ECALMA da avenida D. Afonso Henriques, está encerrado. Qual é o projeto para este local? Entretanto, porque está ligado o problema da Praça do MFA com um número elevadíssimo de veículos que ali permanecem durante o dia. Não sabemos se eventualmente alguns desses veículos não poderiam estar no parque de estacionamento que está encerrado. Gostaríamos de saber. E qual é a perspetiva do município também em relação à construção da rotunda que já foi referida na praça do MFA. Já aqui foi referido o problema das obras da avenida do Cristo Rei, o entroncamento com a rua D. Nuno Álvares Pereira e foi aqui referido um acidente, não nos cabe a nós saber quem é o responsável do acidente, o que é verdade é que o acidente aconteceu. E essa é que deve ser a nossa preocupação. A preocupação é que não estão reunidas as condições para que os veículos, sobretudo os veículos pesados e autocarros



façam ali a curva em condições de segurança e portanto cabe-nos ter uma solução o mais urgente possível para este caso que se arrasta há muito tempo.

Nós gostaríamos de trazer ainda a esta Assembleia uma reclamação de um munícipe relativo a uma campa que foi destruída no cemitério de Vale Flores e tal como este munícipe também nós temos o reconhecimento pelos nossos entes queridos. E a informação que foi dada é que houve uma empresa contratada durante a semana de 14 a 18 de setembro para efetuar alguns trabalhos de reparação de campas, mas quando alguns familiares se confrontam com uma campa destruída não percebem. E portanto, com certeza que há responsabilidade neste caso para que o assunto não se repita.

Um problema que existe no Concelho num ponto geral é falta de abrigos nas paragens dos autocarros. Não sendo da responsabilidade pensamos do executivo, gostaríamos de saber as diligências entretanto havidas para que possam ser minimizados os problemas que resultam do facto dos cidadãos estarem obrigados a permanecer durante largo tempo, porque os problemas dos transportes públicos estão associados, sem abrigo para proteção, aproximamo-nos de um período invernos e portanto preocupamo-nos com isso.

E para terminar eu gostaria de me regozijar com o facto de o relógio da avenida 23 de julho agora já não estar nas 10H40, está no meio dia ou nas 24 horas, conforme a vontade de cada um. Portanto há duas hipóteses, houve aqui uma evolução, o relógio está certo duas vezes por dia.”

8.2.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na página trinta e sete do relatório e que faz a informação da atividade municipal, diz-nos que há um estudo de viabilidade técnica e económica para o estabelecimento de duas linhas para transporte público de elevada capacidade em sítio próprio para a Charneca de Caparica e Costa da Caparica. Foi com grande surpresa que li isto, porque eu nunca tinha ouvido falar deste projeto, e já agora, sendo possível, que pudesse ser esclarecida porque de facto me chamou atenção, que transporte público é este de elevada capacidade para a Charneca de Caparica e para a Costa da Caparica? E na mesma página um pouco mais abaixo, diz que “foi concluído o inquérito à mobilidade, energia e ambiente, que fizeram três mil e trezentos inquéritos e que o tratamento da informação recolhida tem diversas variáveis.” Também não sabia deste inquérito e também gostaria de ser informada sobre o teor do inquérito. Gostava de saber quais foram as questões que foram colocadas aos munícipes, aos três mil e trezentos residentes e se já há tratamento dos dados.

Depois e ainda na questão do trânsito e mobilidade, eu gostaria de dizer ao Sr. Vereador Rui Jorge, que aquele seu projeto de colocar nos automóveis a identificação de que estão estacionados num determinado local, ao serviço de um determinado equipamento municipal não se verifica. Na minha rua, rua Trindade Coelho, em Cacilhas, continuamos a ter os carros



com papéis informais e a ECALMA continua a ignorar que aqueles papéis informais não são papéis formais. Eu gostaria de saber porque razão é que não foram distribuídos os alvarás, as credenciais às pessoas que utilizam esses carros e que estacionam ali, porque se houver outras pessoas de fora, nomeadamente visitantes nossos que vão estacionar lá, não vale a pena pormos lá o papel. Esta é uma questão.

Outra questão é que também na mesma rua e quem vê o seu povo vê o mundo todo, na mesma rua eu continuo a ver os turistas a subirem até lá acima julgando que vão para o Cristo Rei. A sinalética do Cristo Rei não está de facto muito feliz. Eu tenho uma sugestão a fazer, porque não utilizar no pavimento a imagem do Cristo Rei tal qual como fizeram para o minibus o traço verde, e toda a gente sabe que o traço verde é o sítio por onde circula o minibus. Mas para as pessoas não serem enganadas e não irem à procura do monumento ao Cristo Rei para outros sítios, seria desejável que houvesse uma indicação no pavimento para as pessoas poderem ter a noção de que podem ir para o Cristo Rei de facto através da Cidade de Almada começando em Cacilhas, mas não indo para outras zonas que não os levam até lá.

E uma outra questão tem a ver com o horário dos equipamentos municipais. Começaram agora as aulas e eu gostaria de saber qual é o horário que está previsto para as bibliotecas municipais e de Freguesia, porque os miúdos necessariamente precisam de algum espaço para poderem fazer as suas consultas e poderem eventualmente até fazer alguns trabalhos de grupo. Eu sei que a biblioteca municipal Romeu Correia não tem tido um horário muito amigável para os estudantes, gostaria de saber o que está pensado em relação a isso.”

9 - Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião, dia 25 de setembro de 2015.

10 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves; António José de Sousa Matos; Maria Amélia de Jesus Pardal; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; Maria do Carmo Borges; Joaquim António da Silva Gomes Barbosa; Francisca Luís Baptista Parreira; Vítor Manuel dos Santos Castanheira e António José Pinho Gaspar Neves.

11 - Foi verificada a presença na Reunião do Jornalista, Senhores Sandra Guerreiro e Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP - CMA; das Srs. Juristas Teresa Canarias e Maria João Gomes de apoio à Presidência da Câmara Municipal de Almada, e de quarenta e três Srs. Múncipes.

12 - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

13 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 25 de setembro de 2015.

14 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____